

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**JOSELMA MARIA PEREIRA.**

**O PAPEL DA ORGANICIDADE PARA O MST:**

Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança -  
Santa Teresa – ES

Rio de Janeiro - RJ

2015

**JOSELMA MARIA PEREIRA**

**O PAPEL DA ORGANICIDADE PARA O MST:**

Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança -  
Santa Teresa – ES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, convênio UFRJ/ENFF/INCRA/PRONERA, sob a orientação do Professor Doutor Henrique André Ramos Wellen.

Rio de Janeiro - RJ

2015

**JOSELMA MARIA PEREIRA**

**O PAPEL DA ORGANICIDADE PARA O MST:**

Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança -  
Santa Teresa – ES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, convênio UFRJ/ENFF/INCRA/PRONERA, sob a orientação do Professor Doutor Henrique André Ramos Wellen.

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Henrique André Ramos Wellen (UFRJ)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Maristela Dal Moro (UFRJ)

---

Professor Dr. Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhã (UFRJ)

Rio de Janeiro - RJ  
23 de Novembro de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

Meu reconhecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que me proporcionou lutas, aprendizados e a realização dessa conquista.

A Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, símbolo da conquista da classe trabalhadora, grandiosa na tarefa da formação da consciência social e política dos sujeitos da/para a classe trabalhadora.

Com carinho, à minha família, meu porto seguro de todos os momentos. Minha gratidão ao meu companheiro Dimas Pereira, pelo amor, paciência e incentivo. Aos meus para sempre amados filho/a Danielle Pereira e Diego Pereira, pelo apoio e compreensão pelas ausências ao longo dos cinco anos do curso.

Ao Professor Henrique André Ramos Wellen, meu orientador, pela confiança, incentivo e contribuições para a realização desse trabalho.

Às famílias do Assentamento Vale da Esperança, pelo aprendizado cotidiano na luta e inspiração para meu tema de pesquisa. Meu agradecimento aos homens e mulheres que sonharam um dia construir com as próprias mãos a liberdade e transformam em passos os desafios e limites.

Aos companheiros e companheiras militantes do MST capixaba pela determinação, ousadia e coragem na caminhada da construção dos 30 anos do MST.

Aos camaradas Adelar Pizetta e Adriana Amaral, pela dedicação às leituras e pelas sugestões e reflexões incentivadoras.

Aos professores Iraldirene Ricardo e Milson Lopes pela disponibilidade na revisão deste trabalho.

Aos professores César Maranhão e Maristela Dal Moro pela participação na banca examinadora.

Aos companheiros/as da turma, pela amizade, aprendizados e vivências coletivas.

Aos professores/as, nossos mestres, que sabem transformar a tarefa de ensinar, num processo coletivo de aprendizado.

## RESUMO

O presente trabalho trata do papel da organicidade para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto espaço de participação democrática e orgânica dos sujeitos protagonistas das lutas desenvolvidas pelo Movimento. Sistematiza o processo da gênese e desenvolvimento do MST nacional, no Espírito Santo e analisa a experiência organizativa do Assentamento Vale da Esperança, situado no município de Santa Teresa – ES, com ênfase no paradigma da *nova* organicidade. As mudanças política, social e econômica vivenciadas atualmente no país, agravada pelo avanço e a crise do capitalismo, produzem impactos diretos nas organizações sociais dos trabalhadores no campo e na cidade. Em se tratando do MST, o processo de organicidade não está imune aos impactos desse sistema e, nesse contexto, apresenta-se como necessidade pesquisar sobre a atualidade e determinações do funcionamento da estrutura organizativa do MST. Metodologicamente foram desenvolvidas várias pesquisas: documental, bibliográfica e de campo. Esta última, a partir de entrevistas semi estruturadas com um grupo de famílias do assentamento Vale da Esperança. A escolha dos/as onze entrevistados/as ocorreu após a estratificação das famílias residentes a partir das formas de inserção no assentamento, a saber: meeiros, agregados, ocupação e compra e troca. As análises a partir da experiência do processo de organicidade do assentamento apresenta em certa medida, fragmentação no funcionamento da estrutura organizativa do MST, ocasionada pela insuficiência na participação das famílias nas instâncias de base (núcleos, setores e coordenação), e pela ausência de processos contínuos de formação da consciência social e política das famílias na perspectiva do fortalecimento da organicidade enquanto estratégia de luta do MST.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Organicidade, Estrutura Organizativa e Protagonismo.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> - Cronologia das palavras de ordem dos Congressos Nacionais do MST (1985-2014) .....	27
<b>QUADRO 2</b> - População total, rural e urbana – ES, 1970 – 2010.....	41
<b>QUADRO 3</b> - Relação de estabelecimentos por grupo de área e área total (1995 e 2006).....	42
<b>QUADRO 4</b> - Utilização da terra no Estado do Espírito Santo 1995/96 – 2006.....	43

### **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> - Estratificação fundiária de Santa Teresa/ES - 2013 .....	60
<b>TABELA 2</b> - Distribuição da população residente em Santa Teresa /ES - 2010.....	63
<b>TABELA 3</b> - População do Assentamento Vale da Esperança – Santa Teresa 2015.....	72

### **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1</b> - Estrutura da nova organicidade do MST .....	34
<b>FIGURA 2</b> - Organograma da estrutura organizativa do MST/ES.....	58

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO MST: UM PROCESSO COLETIVO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Surgimento construção e expansão do MST: inventando novos caminhos .....	16
1.2 Consolidação do MST: conquistando terra e construindo força orgânica .....	22
1.3 Organicidade na base do MST: buscando a participação de todos e todas .....	27
1.4 Nova Organicidade do MST: um processo em construção .....	32
<b>2 MST NO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>37</b>
2.1 Elementos da questão agrária no Estado do Espírito Santo.....	38
2.2 Uma visão da trajetória histórica do MST no Espírito Santo.....	43
2.3 As experiências e o debate da organicidade no MST: um processo em construção ....	52
<b>3 A ORGANICIDADE NO ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA: UMA CONQUISTA DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA DOS SEM TERRA .....</b>	<b>59</b>
3.1 Elementos sócio-econômicos e culturais do município de Santa Teresa.....	60
3.2 A história da luta pela terra: da mobilização ao assentamento .....	64
3.3 A consolidação do assentamento: aspectos organizativos e socioeconômicos .....	67
3.4 A organicidade na perspectiva dos protagonistas: desafios que permanecem.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

“Nunca estaremos perdidos, ao contrário, venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender sempre”.

(Rosa Luxemburgo)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), fundado há mais de três décadas, é considerado o maior e mais dinâmico movimento social rural da história do Brasil (Pizzetta, 1999). Dentre os seus principais objetivos, destacam-se: a luta pela terra, a luta por reforma agrária e a luta por mudanças na sociedade. O Movimento tem se constituído num instrumento de luta e resistência dos trabalhadores do campo, articulando-se com outros seguimentos de organizações sociais no campo e na cidade, na perspectiva da construção de estratégia da luta contra o atual modelo econômico.

O MST tem empreendido, ao longo de sua trajetória, transformações sistemáticas nas estruturas formais de tomada de decisão e de mobilização de seus membros, respondendo ou antecipando-se aos problemas e desafios com que se defronta na ação política e na organização dos acampamentos e assentamentos. E, dentre essas determinações presentes nas suas relações internas e nas suas frentes de lutas sociais, a questão da organicidade<sup>1</sup> possui um destaque cada vez mais atual.

O conceito de organicidade para o MST compreende um processo coletivo e democrático de participação das famílias nas instâncias deliberativas desde a base<sup>2</sup> até o Congresso Nacional do MST. É a constituição de um “corpo orgânico” no qual “toda base e instâncias de direção estão inseridas dentro do conjunto do Movimento, [...] onde discutimos diversos aspectos que envolvem a vida do Movimento e onde tomamos decisão” (MST, 1998, p.4). Este corpo tem por objetivo fomentar espaços de participação democrática e popular de seus membros, além da formação de militantes e a elevação da consciência social e política. Norteia-se pelos objetivos, caráter, princípios, mística e os valores eleitos/praticados pelo MST. Essa dinâmica apresenta-se como elemento central de seu

---

<sup>1</sup> A categoria organicidade foi apropriada pelo MST para expressar a ação de estar inserido e participando na estrutura organizativa adotada pelo Movimento.

<sup>2</sup> Trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela (MST, 1995). Base é o povo que produz as riquezas e é explorado e manipulado pelas elites dominantes, em todos os espaços. Significa começo, sustentação, algo indispensável que não pode faltar. Mas. É, sobretudo, aquela parte da classe oprimida que se dispõe a dar sustentação a um processo de mudança, sempre (MST, 2009, p.30).



projeto histórico, contribuindo para responder às necessidades de articulação com a base, com a sociedade e com o conjunto da classe trabalhadora e seu projeto histórico.

No atual contexto brasileiro, o MST atravessa um momento conjuntural desfavorável à efetivação dos seus objetivos, principalmente no que tange à Reforma Agrária. Esse quadro é resultante do avanço do modelo capitalista em curso, bem como das mudanças na organização do trabalho, o qual tem sido agravado pela falta de vontade política dos últimos governos; tudo isso atrelado à continuidade da política neoliberal, com incentivos e prioridades ao agronegócio. Há ainda que se considerar a ofensiva judicial e midiática em criminalizar e denegrir as ações dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST. Em consequência também desses fatores, se vivencia um período duro de descenso nas lutas sociais, compreendendo que as formas ou instrumentos organizativos que historicamente representaram a classe trabalhadora têm dificuldade de enfrentar as imposições atuais do o capital e de seus representantes.

As mudanças política, social e econômica vivenciadas atualmente no país, com o avanço e a crise do capitalismo, produzem impactos diretos nas organizações sociais dos trabalhadores, seja do campo ou da cidade. Em se tratando do MST, esses impactos afetam de forma direta sua base social acampada e assentada com a insuficiência nas desapropriações de terra, déficit de infraestrutura básica nas áreas ocupadas, recuo nas políticas públicas de habitação, educação, assistência técnica, entre outros. Decorrente principalmente dessa conjuntura, o modelo de organicidade adotado pelo MST, não está imune aos impactos desse sistema e, nesse contexto, surgiu à necessidade de pesquisar sobre as determinações que consubstanciam seu funcionamento atual. E, dentre vários aspectos dessa problemática, uma questão nos parece prioritária, qual seja: o modelo de organicidade do MST contribui para dinamizar a participação da base social na construção do projeto histórico da classe trabalhadora?

Dentre as motivações para a realização dessa pesquisa está a minha militância no MST desde 1989, quando tive a oportunidade de participar do desenvolvimento do Movimento e acompanhar as mudanças que foram se processando no interior da organização. Essa vivência, em grande parte, ocorre a partir do assentamento Vale da Esperança na qualidade de beneficiária do programa de reforma agrária, estando assentada desde 1998.

A vivência na comunidade e as observações cotidianas despertam várias inquietações e, dentre elas, a frequente diminuição da participação das famílias nos espaços orgânicos do assentamento (núcleos, setores e coordenação); aparente desânimo nas lideranças mais expressivas da comunidade e ainda pouca participação das famílias nos

processos de lutas e formação, sendo esses, considerados espaços estratégicos de elevação da consciência política, orgânica e social.

Uma segunda motivação está na relevância do referencial teórico possibilitado pelo curso de Serviço Social, expressado no tripé estudo, pesquisa e extensão. A contribuição teórica e instrumental associada à experiência militante contribuirá para a realização desse trabalho, possibilitando, também, que a universidade, ainda que pontualmente, volte sua pesquisa para a contribuição com segmentos sociais da classe trabalhadora no campo.

Nessa perspectiva, é extremamente relevante a escolha desse tema – O papel da organicidade do MST – com vistas a apreender a experiência da construção coletiva do modelo de organização popular, enquanto espaço que permite aos sujeitos envolvidos protagonizarem sua história. Afinal, ainda que na atual conjuntura esteja posto esse tempo adverso à luta de classe, se faz necessário, a fim de potencializar os instrumentos coletivos, para o exercício de forjar no processo, sujeitos conscientes de sua realidade e do seu momento histórico.

Nesse trabalho, portanto, pretende-se realizar uma pesquisa histórica acerca da gênese e desenvolvimento da organicidade do MST, tendo como objeto de estudo da experiência do Assentamento Vale da Esperança, localizado no município de Santa Teresa, região serrana do estado do Espírito Santo, que foi criado em 1997 com capacidade para assentar 39 famílias. Esta pesquisa foi realizada com os atores sociais daquela comunidade, a fim de compreender a atualidade do desenvolvimento da organização e da participação da base social do MST.

No processo metodológico foram realizadas alguns tipos de pesquisas: documental, bibliográfica e de campo. Esta última, a partir de entrevistas semi estruturadas com um grupo de famílias do assentamento Vale da Esperança. A escolha dos/as entrevistados/as ocorreu após a estratificação das famílias residentes a partir das formas de inserção no assentamento.

A estrutura desse trabalho está dividida em três capítulos, seguidos das considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndice.

No **Capítulo I** faz-se uma síntese da gênese do desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na perspectiva de situar o contexto histórico da luta pela terra no Brasil e os elementos do processo de organicidade que foi sendo desenvolvido pelo MST.

No **Capítulo II** são elencados alguns elementos da questão agrária no Espírito Santo, enfocando aspectos do avanço da agricultura capixaba, bem como uma síntese da trajetória do MST no citado estado, compreendendo o período de 1985 a 2015, com ênfase no desenvolvimento do processo organizativo.

No **Capítulo III** é registrada a trajetória do Assentamento Vale da Esperança, o processo da luta desde a ocupação até a consolidação do assentamento, e analisada a trajetória e o desenvolvimento do processo da organicidade a partir das falas dos seus protagonistas.

Nas **Considerações finais** são apresentadas as conclusões e sugestões objetivando contribuir no debate da estrutura orgânica do MST, na perspectiva da práxis militante e das formas de organização popular enquanto instrumento coletivo da classe trabalhadora que luta por um mundo mais justo, fraterno e solidário, tendo nos sujeitos da base social do MST o protagonismo desta construção.

## **CAPITULO I: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO MST: UM PROCESSO COLETIVO**

A formação do Brasil tem sido marcada pela concentração da propriedade da terra. Esse modelo concentrador da propriedade, escravidão e produção agroexportadora, possui raízes desde a ocupação dos portugueses, e se mantêm, sob outras faces, até os dias atuais. O modelo capitalista para a agricultura brasileira não alterou suas características, apenas aprofundou suas formas clássicas da acumulação, concentração e centralização do capital (MST, 1999). O modelo vigente, o agronegócio, caracteriza-se pela produção em larga escala, com base em monoculturas, uso intensivo de agrotóxicos, por ser altamente tecnificado, voltado para o mercado externo e controlado por grandes empresas de comercialização e produtoras de insumos, além de contribuir para os graves problemas ambientais e intensificar as desigualdades sociais, gerando revolta e lutas de resistências nas populações do campo.

No Brasil, no período de 1945 a 1964, registra-se o predomínio da política populista, que propagava, dentre outras medidas, a promessa da realização da reforma agrária. Não obstante, é nesse período que ocorrem expressivas lutas de resistências dos trabalhadores/as no campo. Merece destaque as Ligas Camponesas, importante movimento camponês do contexto histórico nas décadas de 50 e 60. Segundo Stedile (2006) a primeira Liga teve início nos idos de 1954. Fundada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, sendo formada por trabalhadores dos antigos engenhos onde trabalhavam em regime de foro.<sup>3</sup> A partir da década de 1940, inicia-se um processo de expulsão desses camponeses da terra devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Os donos dos engenhos resolvem aumentar o foro, como forma de expulsar os foreiros da terra.

As primeiras reuniões para o nascedouro do movimento ocorriam nas casas dos próprios trabalhadores e na sede da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), uma associação de auxílio mútuo, que servia para dar um enterro digno aos pobres. Ali nascera o movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas que, em pouco tempo se expandiu para vários municípios de Pernambuco, vários estados

---

<sup>3</sup>Foro é o pagamento realizado pelos camponeses ao proprietário para ter o direito de plantar produtos de subsistência em sua propriedade. O pagamento se dava em percentual sobre a produção.

do Nordeste e outras regiões do país. As Ligas inicialmente tiveram o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Enquanto movimento de massas, não tinha muita formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos, mas havia unidade estadual e nacional. Em 1962 foram realizados alguns encontros e o Congresso das Ligas Camponesas. Esses eventos foram significativos para a definição da luta pela reforma agrária radical, com ações de resistência e ocupações de terra. Tinham como lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

Em 1943, com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passou-se a reconhecer formalmente a sindicalização rural, mas somente a partir de 1962, durante o governo João Goulart, ocorreu a regulamentação da sindicalização rural no Brasil, que toma força enquanto instrumento legal de organização dos trabalhadores. Nesse período ocorre um refluxo das Ligas Camponesas e muitas delas vão sendo convertidas em sindicatos. O PCB se empenhava na criação de sindicatos, apesar das divergências ideológicas, conforme registrado por Martins:

A disputa envolvia, na verdade, a diferença das propostas políticas. As ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa (1981, p.36).

Essa experiência de luta e resistência das Ligas Camponesas perdurou por dez anos. A partir de 1964 estas foram colocadas na ilegalidade e perseguidas pela repressão da ditadura militar instaurada no Brasil no período entre 1964-1985.

Outro importante movimento desse período, que surgiu em 1954 em São Paulo, foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTRAB), uma organização classista composta por camponeses e assalariados rurais, criada pelo PCB, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais do Brasil para uma aliança com os operários. Segundo Morissawa (2001), a UTRAB atuava como apoio às reivindicações e aos interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas, coordenando as associações ou uniões camponesas que, posteriormente, foram transformadas em sindicatos de trabalhadores rurais. Atuou em quase todos os Estados da federação. Em 1963, a UTRAB funda e dirige a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), entidade que aglutina os sindicatos da categoria.

Ainda nesse contexto de lutas e resistências, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), fundado no Rio Grande do Sul, em 1958. Nos anos seguintes, essa experiência disseminou-se em todo o Estado gaúcho. O MASTER cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o então governador Leonel Brizola e,

com a derrota de seu partido nas eleições, a luta do movimento enfraqueceu. No entendimento de Stédile e Fernandes (1999), um dos fatores que levaram ao declínio político do MASTER foi a não constituição de um movimento autônomo dos trabalhadores/as, estando atrelado ao PTB e ao PCB.

Para Morissawa (2001), a luta dos integrantes do MASTER era para entrar na terra, pressionar o governo estadual para a realização da reforma agrária. Diferentemente, das Ligas Camponesas, nas quais, a luta inicialmente dos camponeses, ainda que não fosse proprietário de um pedaço de terra e, trabalhando na condição de foreiro, não dependia de alguém que lhe pagasse salários. Vivia do que produzia e do que vendia nas feiras. Era dono, também, dos instrumentos de trabalho que utilizava. Sua luta era para se manterem nas fazendas trabalhando para garantir as condições materiais de existência. Com a expansão das Ligas, a luta pela reforma agrária, ganhava adesão dos trabalhadores, enquanto condição para conquistar a terra.

Ainda segundo Morissawa (2001), na conjuntura política de 1961, quando João Goulart assumiu o governo, o país encontrava-se em plena efervescência dos movimentos camponês, operários e estudantil, que reclamavam direitos sociais, trabalhistas e redução da inflação. Diante do cenário, o governo se vê obrigado a anunciar as medidas que chamou de *reformas de base*, as quais compreendiam mudanças nas estruturas econômicas e sociais do país. A principal delas era a reforma agrária. Propunha-se desapropriar as terras que estivessem próximas às rodovias federais para criação de assentamentos. O plano de reformas objetivava o aumento do poder de consumo, o desenvolvimento da indústria e o crescimento da economia do país.

Também em oposição aos planos anunciados pelo então governo, em 1964, os militares assumem o poder e instauraram o regime ditatorial burguês-militar no Brasil, onde as experiências de resistência da classe trabalhadora no campo, assim como na cidade, foram duramente reprimidas. Para Martins (1981, p. 31), “o golpe de estado põe fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas da época e deixa aberto apenas o caminho da sindicalização”. E, ainda assim, um sindicalismo não combativo e ditado pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários.

Além do uso da força, o regime militar adotou medidas de cunho social como forma de conter as lutas dos trabalhadores que continuavam tencionando o campo pela realização da reforma agrária. Em fins de 1964, o governo militar de Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionou o Estatuto da Terra<sup>4</sup> que permitia o pagamento das terras

---

<sup>4</sup> ESTATUTO DA TERRA - criado pela Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que destaca e define a função social da terra. O Estatuto da Terra foi substituído em 1985 pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa assentar 1,4 milhões de famílias de trabalhadores/as rurais sem terra. Ao longo do governo José Sarney, assentou apenas 10.537 famílias (MST, 2005a, p.79).

desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária. Acerca desse instrumento, Morissawa (2001), escreve:

Além de tratar dos aspectos ligados ao conceito de reforma agrária, o Estatuto da Terra introduziu novos conceitos, designando os diferentes tipos de propriedades da terra no Brasil. [...]. Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição da função social da terra, segundo essa definição, o proprietário que utilize a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra a sua função social (p,99).

O Estatuto da Terra não resultou em ações redistributivas significativas. Segundo dados (MST 2005a p.78) em 1985, quando se encerrou oficialmente a ditadura militar no Brasil, haviam sido fixadas 13.246 famílias em 48 assentamentos, dos quais 80% eram na região norte do país. Os militares o aplicaram de forma restritiva para resolver conflitos pontuais como estratégia de controle das lutas sociais no campo, criando assim um vazio político, necessário para viabilizar o projeto capitalista, com a valorização das terras apropriadas pela burguesia agrária sem mexer na estrutura fundiária, disponibilizando créditos e subsídios, em detrimento das poucas políticas agrícolas para a agricultura camponesa. Sobre as reais intenções do Estatuto, Martins (1981) ressalta que havia:

[...] de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime (p.31).

Sob a repressão da ditadura militar, sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura para expulsar os trabalhadores de suas terras, (que também derivou da maior precarização do trabalho daqueles que ficassem), restou aos milhares de camponeses à migração para as cidades. Como consequências do contínuo e crescente fenômeno do êxodo rural, tem-se o aprofundamento das expressões da “questão social”<sup>5</sup>, o

---

<sup>5</sup>A concepção de questão social mais difundida no serviço Social é de CARVALHO e IAMAMOTO “A *Questão Social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (2011, p.83-84). Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Como toda categoria arrancada do real, apresenta-se nas expressões: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a violência, o êxodo rural etc. Neste terreno contraditório entre capital e trabalho, a questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores excluídos e subalternizados, reivindicando direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

aumento da miséria e da pobreza, o desemprego e o inchaço populacional agravando os já existentes problemas urbanos. Os que permaneceram no campo continuaram buscando formas de se organizarem para a retomada da luta por reforma agrária. Para Fernandes (2000, p.43): “Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes”.

Sobre o assunto é importante registrar o entendimento de Medeiros (2009),

Ao longo de toda a década de 70, a luta de resistência na terra, embora de forma surda e otimizada, continuou em todo o país [...] tratava-se de uma conjuntura de efervescência social e política, que criava as condições para que essas lutas se articulassem, auto-alimentassem e ganhassem visibilidade e reconhecimento (p.02).

É a partir dessa conjuntura que nasce a perspectiva da unidade das lutas pela terra que acontecia de forma isolada em todo o país objetivando intensificar as diversas formas de pressão popular pela urgente e necessária realização da reforma agrária, enquanto condição da permanência do homem no campo.

### **Surgimento construção e expansão do MST: inventando novos caminhos**

O MST foi gestado no processo da continuação da luta pela terra e da organização dos trabalhadores/as do campo e da cidade no final da década de 1970, durante o processo de redemocratização do país. O Brasil viveu um longo período de intervenção militar de 1964 a 1985, onde em 1964, o poder do Estado foi destituído do governo do então presidente João Goulart, numa aliança política entre a burguesia, empresários, latifundiários e militares (e com influência do governo dos EUA, especialmente através da CIA). Durante a vigência desse período de exceção, essas forças atuaram em conjunto reprimindo violentamente os movimentos sociais do campo e da cidade, bem como seus aliados políticos e eclesiais. Como consequência desse período, Fernandes (2000) afirma que:

O golpe significou um retrocesso para o País. O projeto de desenvolvimento implementado pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil (p. 38).



Para Stedile e Fernandes (1999), três fatores foram determinantes para a gênese do MST. O aspecto *Ideológico* com o trabalho pastoral realizado pelas Igrejas Católica e Luterana, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>6</sup>, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) orientadas pelos princípios da Teologia da Libertação<sup>7</sup> - corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutinava agentes progressistas adotando ações voltadas para a realidade social, orientados pelas resoluções do Concílio Vaticano II<sup>8</sup>, que fez opção pelos pobres do campo assumindo a defesa da luta pela reforma agrária, expressada no lema: “a terra é para quem nela trabalha”.

A CPT teve um papel central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. “A igreja parou de fazer um trabalho messiânico de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Ao contrário, passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra’”. (STEDILE E FERNANDES, 1999, p.20). Essa opção, da parte progressista das igrejas cristãs de evangelizar os fiéis sob a luz da bíblia numa perspectiva crítica, incorpora elementos metodológicos de análise orientada pela teoria marxista que desvenda a relação da exploração sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras através do processo de trabalho social de produção de mercadorias, enquanto característica fundante do modo de produção capitalista.

O segundo aspecto determinante para a gênese do MST é o *Político*. O surgimento do MST ocorre num contexto de luta pela democratização do país. A luta por reforma agrária somou-se ao ressurgimento das lutas urbanas, principalmente a luta dos operários metalúrgicos do ABC Paulista com as greves em 1978 a 1980 contra o arrocho salarial, e assumindo posição política contrária ao modelo político ditatorial. O apoio da sociedade à luta do campo trouxe um significado importante para o fortalecimento da luta pela reforma agrária no país. Segundo Stedile e Fernandes (1999, p.23) “Não é possível isolar o surgimento do movimento, acreditando que é resultante apenas da vontade dos camponeses”. O modelo de desenvolvimento do país instaurado pelo regime militar daria

---

<sup>6</sup> Organizada em 1975, em Goiânia - GO, a CPT nasceu da articulação dos bispos que atuavam na chamada Amazônia Legal e que estavam preocupados com a crescente violência no campo sofrida principalmente pelos posseiros. A partir das reflexões sobre os conflitos no campo que ocorriam também nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, o trabalho da CPT tornou-se um importante instrumento de organização e conscientização dos camponeses em todo o Brasil.

<sup>7</sup> Dentre as principais referências da Teologia da Libertação no Brasil, seja na fundamentação teórica e na ação prática, destacam-se: Frei Betto, Leonardo Boff, Dom Hélder Câmara e Dom Evaristo Arns.

<sup>8</sup> Evento da igreja católica no século XX. Os bispos de todo o mundo realizaram várias conferências entre 1962 e 1965 com o objetivo de modernizar a igreja e atrair os cristãos afastados da religião. O Concílio debateu questões importantes sobre a compreensão do papel da igreja no mundo moderno, como missa, sexo, sacerdotes, questões políticas, relação com outras religiões, dentre outras.

seus primeiros sinais de esgotamento. O fim do "milagre econômico brasileiro" já podia ser sentido nos últimos anos da década de 1970 e, entre os anos de 1977 e 1982, agravaram-se as condições gerais de vida da população, fazendo ressurgir, agora com força renovada, os movimentos sociais de reivindicação pela redemocratização do país e as melhorias das condições da reprodução social dos trabalhadores.

O terceiro aspecto é o *Socioeconômico*. A intensificação do modelo de desenvolvimento capitalista para o campo entre 1965 e 1982 representou grandes transformações na agricultura brasileira. A presença de grandes empresas multinacionais controlando a produção agrícola, domínio do mercado e a concentração e diversificação em vários ramos da produção para exportação de *commodities*, é o que se chamou de modernização conservadora. Tais mudanças objetivavam atender aos intensos desafios da industrialização, da urbanização e das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, conforme o entendimento de Delgado (2010).

Tal processo de modernização técnica da agricultura e integração com a indústria é caracterizado, por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação e outros implementos). Por outro, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais [...] Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (p.85-86).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, têm-se, assim, um recuo das barreiras naturais na produção agrícola. Por um lado, houve um aumento nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e laranja; intensificando a mecanização e o crescente aumento do número de trabalhadores/as assalariados/as. Por outro, piorou ainda mais a situação da agricultura familiar que continuou excluída da política agrícola.

Ainda como consequências desse modelo acentuaram-se o aumento da concentração da terra; expropriação e expulsão de milhares de trabalhadores do campo que migraram para a cidade e outras regiões do Brasil (FERNANDES, 2000), especialmente para as regiões com projetos de colonização nas fronteiras agrícolas na Amazônia e no Centro-Oeste; crescente êxodo rural motivado pelo crescimento da industrialização, transformando a grande massa de trabalhadores em "massa sobrando" à disposição do capital. A uma pequena parcela dos que não se submeteram às alternativas impostas pelo modelo hegemônico, Stedile e Fernandes (1999) afirmam que não restaram muitas alternativas, senão a decisão de continuar resistindo no campo e lutando pela terra.

Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa base social que gerou o MST. Uma base social que aceita lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas( p.17).

Neste sentido, as lutas pela terra e por reforma agrária representam, no caso brasileiro, a luta contra o modelo capitalista que se implantou e se modernizou no campo brasileiro sem mexer na estrutura da grande propriedade, sem que fosse necessário distribuir a propriedade da terra. Ao contrário, motivado pelos incentivos do governo, envolvendo isenção de impostos, créditos, infraestrutura, etc., aumentou ainda mais a concentração da terra, sobretudo por empresas multinacionais, assim como a exploração das riquezas naturais. É a partir dessa realidade que grandes massas de trabalhadores são mobilizadas no processo de luta e resistência pela terra.

Para Morissawa (2001), era preciso retomar o “fio da história da luta pela terra que fora interrompida durante os 20 anos de ditadura militar no Brasil”, que aniquilou as formas de organização popular dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Diversos autores que escrevem sobre o MST<sup>9</sup> remontam o período de 1979 a 1984 como sendo a gestação e nascedouro do movimento que ocorre a partir das lutas e resistências principalmente na região sul do país e nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, como sendo determinantes para a gênese do MST.

O marco da gestação do Movimento é a ocupação da gleba Macali, na Fazenda Sarandi, no município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 06 de setembro de 1979, por 110 famílias sem terra. Ainda no mês de setembro, cerca de 170 famílias ocupam a gleba<sup>10</sup> Brilhante, também da fazenda Sarandi. Essas ações foram resultado de um longo processo de lutas dos trabalhadores/as que teve início em 1962, quando um grupo de mais de cinco mil famílias, organizadas pelo Master, acamparam na fazenda Sarandi. Parte da fazenda foi desapropriada, mas não foi suficiente para o assentamento de todas as famílias acampadas. As famílias que não receberam lotes entraram na reserva indígena Caingangue no município de Nonoai se juntando a outros posseiros. Em maio de 1978, os índios, com apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), expulsaram as famílias da reserva. Após várias negociações, parte das famílias das glebas Macali e Brilhante foram

---

<sup>9</sup> Dentre os autores, destacam-se: FERNANDES, Bernardo Mançano (1998); (2000); STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano, (1999); STÉDILE, João Pedro (série espaço e debate) (2011); MORISSAWA, Mitsue (2001). BOGO, Ademir (1999); (2003).

<sup>10</sup> **Gleba** é a área de terreno que ainda não foi objeto de parcelamento regular, isto é, aprovado e registrado. Após o registro do parcelamento a **gleba** deixa de existir juridicamente, dando lugar aos lotes e áreas públicas dele decorrentes.

assentadas. As remanescentes destes dois acampamentos ocuparam, em outubro de 1980, a Fazenda Annoni, localizada também no município de Sarandi (MORISSAWA,2001).

A militância da CPT constitui-se em um grupo de apoio no processo de organização e conscientização das famílias dos vários acampamentos do Estado, na perspectiva de busca coletiva de soluções. Em dezembro de 1980, foi montado o acampamento Encruzilhado Natalino, localizado no entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Para Carter (2010) tais conquistas foram simbólicas, pois:

A luta no Natalino outorgou ao incipiente MST sua primeira grande vitória política graças ao apoio de uma ampla gama de forças sociais e políticas contrárias ao regime militar. O acampamento foi um ponto decisivo na sua gênese. Ele consagrou a orientação do movimento em favor do ativismo público e serviu como incubador de diversas táticas de mobilização. O ajuntamento provisório no Natalino evoluiu rapidamente para uma organização popular bem-estruturada. Em menos de quatro meses os camponeses estabeleceram um processo decisório coletivo com múltiplas instâncias de consulta. Também conduziram diversas atividades para promover a conscientização de seus participantes e investiram esforços para forjar uma identidade comum, sublinhando sua unidade como trabalhadores rurais sem-terra. A organização do acampamento através de vários grupos coletivos fundou-se na experiência das CEBs. Um conselho de líderes, eleito pelos participantes, era responsável por delegar tarefas específicas a diversas equipes de trabalho, encarregadas de cuidar das condições sanitárias no acampamento, a saúde, a distribuição de alimento, a coleta de lenha, as negociações com as autoridades do Estado e a celebração religiosa. Esse modelo participativo visava estimular o engajamento dos sem-terra e aumentar seu senso de responsabilidade perante o movimento. Entre as lideranças e os assessores do acampamento houve, desde o início, o reconhecimento de que o processo de decisão coletiva serviria também para proteger o movimento das tentativas de cooptação e intimidação por parte do governo. (p.209).

O acampamento Encruzilhada Natalino foi, ao longo de três anos, quando foram assentadas as últimas famílias, um espaço de verdadeira resistência e obstinação dos sem terra, que enfrentaram sacrifícios, perseguição, repressão policial, tentativas de desmobilização por parte do governo com a transferência de famílias para projetos de colonização em outros estados, etc. Ao mesmo tempo, tornou-se um espaço de apoio e solidariedade por parte da sociedade, igrejas cristãs, entidades e personalidades. Desta luta nasceu, em 1981, o *Boletim Sem Terra*, o primeiro órgão de comunicação do movimento, que depois passaria a se chamar *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

A partir de 1981, a CPT começou a realizar reuniões com lideranças de vários estados, objetivando promover o debate sobre a questão agrária no país. A partir desses eventos definiu-se pela realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, ocorrido entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no estado do Paraná, onde se deu o nascimento do MST. Organizado pela Comissão Regional Sul e com a contribuição

da CPT, participaram desse evento representantes de 12 Estados da federação. Entre os apoiadores estavam representantes a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo. A participação dessas entidades demonstra que o conjunto dessas forças sociais contribuiu decisivamente para a formação do MST.

Neste evento se oficializou a formalização do MST como um movimento social, de massas, autônomo e de **Caráter Sindical** - Pois o MST luta por questões econômicas, a partir da estruturação da produção nas áreas conquistadas. **Caráter Popular** - O MST organiza e mobiliza trabalhadores de diferentes categorias, reúne toda a família, homem, mulher, jovens, crianças e idosos, ou seja, todo o povo. E luta por reivindicações populares que atinge a todos, como: moradia, saúde, educação, etc. **Caráter Político** - A luta pela terra no Brasil é uma luta de classes, enfrentam-se os interesses do latifúndio, do governo e do Estado, que juntos defendem os interesses da classe dominante. Por outro lado o Movimento atua na conjuntura brasileira, apoia candidatos nas eleições e quer uma sociedade diferente. Esses elementos dão um caráter político ao Movimento (MST,1995, p.7).

Quanto à definição do nome do Movimento, quando da inclusão da expressão “trabalhadores rurais” foi no sentido de explicar que se tratava de um movimento de agricultores, de pessoas que trabalhava na agricultura. Já a expressão “sem terra” fora a imprensa que cunhou ao referir-se aos trabalhadores que lutavam pela terra no país desde a década de 70. O Movimento seria, então, identificado pela denominação de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda no primeiro Encontro Nacional iniciaram-se as discussões para a formulação dos objetivos e princípios do MST, que, ao longo dos Encontros Nacionais e Congressos Nacionais, foram sendo reelaborados objetivando expressar as várias dimensões política, econômica, social e ideológica do Movimento. Atualmente, os objetivos resumem-se em três principais: *Luta pela terra; Luta por Reforma Agrária e Luta por mudanças na sociedade.*

O MST herdou as experiências das organizações que o antecederam em várias formas de lutas, em especial as relativas à ocupação de terra. Esta ação está entre as principais estratégias de luta do Movimento. É a partir dela que o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. A ocupação gera um fato político que demanda uma resposta do governo em relação à concentração fundiária no Brasil. Segundo Morissowa (2001),

A ocupação é para o MST uma ação voltada para abrir um espaço de luta e resistência. Com ela se cria outra condição para o enfrentamento. Ao realizá-la, os sem terra além de criar um fato social e denunciar para a sociedade a situação da concentração da propriedade, o não cumprimento da lei de reforma agrária, cria condições objetivas de negociação (p.132).

Esse também é entendimento de líderes do MST como Stedile e Fernandes

[...] se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado [...] a lei só é aplicada quando existe iniciativa social [...] a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas quererem terra, para depois se aplicar a lei (1999, p.115).

Também foi por força da lei que desde 1997 o MST vem utilizando outras táticas para dar visibilidade à luta pela terra. O governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da medida provisória 1.577/97, tornou impeditiva pelo prazo de dois anos a vistoria para fins de reforma agrária em áreas que estão ocupadas pelos sem terra. Apesar dessa medida, o MST continuar mobilizando as famílias sem terra montando acampamentos às margens das rodovias nas proximidades dos latifúndios, sem abandonar a tática da ocupação.

O MST já nasceu como um movimento social nacional, mas seria necessário muito trabalho de mobilização e organização nas diversas regiões do Brasil. O primeiro Encontro Nacional caracterizou-se enquanto espaço de decisão desse desafio. As delegações que estiveram no evento retornam com a tarefa de serem disseminadoras e articuladoras do movimento que viria a ser uma grande força orgânica e política dos trabalhadores do campo nesse país.

### **Consolidação do MST: conquistando terra e construindo força orgânica**

Com a fundação do MST, em 1984, vários foram os desafios para sua consolidação. Dentre os principais estavam: constituir-se, autonomamente<sup>11</sup>, nos diversos estados da federação, romper com o isolamento a partir da ampliação as lutas sob o controle dos trabalhadores e ampliar a participação da base social enquanto força orgânica.

Parte dessas tarefas foi sendo assumida pelos participantes do primeiro Encontro Nacional. Tratava-se de diversas lideranças sindical, popular e eclesial que já desenvolviam uma articulação com vários grupos de trabalhadores do campo através dos sindicatos rurais e no trabalho pastoral nos grupos das CEB's, além das lideranças da regional sul que acumulavam experiências das lutas daquela região. Esses Sindicatos foram também

---

<sup>11</sup>Como autonomia, o MST defende a firmeza e clareza política e ideológica, seus princípios políticos e organizativos e seus objetivos, por isso sempre buscou articula-se com diversos setores da sociedade.

convocados a contribuírem para a expansão do MST. A partir do 1º Congresso Nacional o MST se expandiu pelas demais regiões do país e no final de 1990 estava organizado em 23 estados (Morissawa, 2001).

Segundo Fernandes (2000), diferentes momentos e formas distinguiram a constituição do MST em cada estado, levando em consideração cada particularidade e especificidade e as distintas realidades histórica, social, econômica e cultural em cada região, mas sempre primando pela estratégia da mobilização e organização dos trabalhadores na luta pela terra. Ao analisar a partir da perspectiva organizativa, o autor acrescenta que:

O ponto de partida para construir o MST em cada Estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos (p.94).

Nesse processo, o MST atento à conjuntura de cada período, desenvolveu várias formas de lutas<sup>12</sup> sempre adequando o método para cada momento histórico. Para Bogo (2003), o MST tem buscado desenvolver ações de forma organizada, politizada, visível, autônoma e periódica, objetivando atrair atenção pública e influenciar as políticas de estado por meio de pressão e das negociações. Nessa perspectiva são diversas as formas de lutas empreendidas pelo MST, desde a ocupação de terra, prédios públicos, marchas, greves de fome, acampamentos, piquetes, bloqueios de estradas, entre outras, objetivando reivindicar, denunciar e dar visibilidade a luta dos trabalhadores pela reforma agrária.

À medida que o MST foi se expandindo, os desafios foram aumentando, especialmente nas áreas da produção, educação e na formação política e ideológica, exigindo do movimento capacidade operativa e criatividade para buscar soluções. Referente à produção nos assentamentos, o problema encontrava-se no desenvolvimento econômico das áreas conquistadas. A falta de assistência técnica, acesso ao crédito, infraestruturas básicas nos assentamentos e apoio à comercialização, entre outros, incidiu na inovação de diversas experiências de cooperação agrícola, tais como: mutirão, associações, cooperativas, agroindústrias, etc. e mobilizações na perspectiva reivindicatória para o desenvolvimento social e econômico das famílias. Sobre a evolução do processo cooperativo merece registro o seguinte relato, trazido por Carter:

Em finais da década de 1980, o MST começou a incentivar a formação das primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), inspiradas no modelo cubano de trabalho agrícola. A hostilidade e repressão do governo

---

<sup>12</sup> Sobre as diversas formas de lutas desenvolvidas pelo MST (Morissawa, Mitsue, 2001. A História da luta pela terra, p. 199-203).

Collor de Mello (1990-1992) ao MST deu ímpeto à promoção das CPAs e outras cooperativas do Movimento, no intuito de criar “ilhas de resistência” às investidas do Poder Público e do Judiciário. Em 1991 já existiam duas dúzias de CPAs, embora a maioria delas tivesse vida curta. No ano seguinte foi instituída a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária Ltda. (CONCRAB); e em 1993 foi estabelecido o primeiro curso Técnico na Administração de Cooperativas (TAC), em Braga, Rio Grande do Sul, com o objetivo de qualificar as capacidades de gerenciamento das cooperativas de assentados (2010, p. 312).

Assim como as cooperativas de produção, outro desafio nos assentamentos era a organização das famílias que optam por trabalhar na terra individualmente. A preocupação do MST era evitar o isolamento e o fracasso econômico dessas famílias, que pode resultar no abandono e/ou venda dos lotes significando uma derrota individual e política para o movimento e, assim, uma visão negativa sobre a reforma agrária (MST, 1994).

Na área da educação, o analfabetismo e a pouca escolarização das famílias sem terra, sempre foi uma preocupação para o MST. Isso fez com que fosse dada prioridade à educação nos acampados e assentados como fator primordial para o desenvolvimento das famílias e do MST, que, desde sua gênese, tem promovido o acesso à educação dos seus participantes e a adoção de políticas públicas voltadas para a educação do campo. Conforme afirma Carter (2010),

Em termos qualitativos, é importante salientar que o método pedagógico elaborado pelo Setor de Educação teve forte influência das ideias de Paulo Freire e outros teóricos mundiais da educação popular<sup>13</sup>. Os materiais elaborados pelo setor e utilizados nos seus centros educativos reforçaram os valores defendidos pelo MST, tais como a importância da luta coletiva, a organização, a participação, os direitos de cidadania, a solidariedade. (p.311).

Para o MST o *estudo* formal e não formal constitui-se um princípio fundamental, por compreender que uma organização que não forma seus próprios quadros políticos, não terá autonomia para conduzir suas lutas. Os processos de formação desenvolvidos pelo MST desde a base, militância e quadros, objetiva elevar da conscientização social e política, articulando a teoria e a prática, na perspectiva dos valores da igualdade, companheirismo, respeito, solidariedade, cuidado com a vida e com a terra, enquanto princípios humanista e socialista. A apropriação do conhecimento científico, das experiências históricas, das estratégias de lutas, dos métodos de trabalho, de direção e de organização, são condições essenciais para o avanço da organização em que os seus partícipes se transformem em sujeitos com capacidade de pensar, elaborar e fazer (MST, 2009).

---

<sup>13</sup> Ver PristaK (2000) ; Caldart (2000).



Para contribuir com a tarefa da formação, o MST inaugurou, em 2005, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), símbolo da conquista coletiva dos trabalhadores, objetivando a realização de atividades de formação para militantes identificados com a causa da classe trabalhadora, no campo e na cidade, do Brasil e da América Latina, por meio da sua política pedagógica e método organizativo. A ENFF e o setor de formação do MST coordenam os vários centros de formação existentes nos Estados, orientando política e pedagogicamente os diversos cursos de formação, bem como, a articulação com diversas instituições de ensino no Brasil no quanto à formação dos níveis superior e técnico em várias áreas do conhecimento. Sobre o homenageado que dá nome a escola, Pizetta (2009) escreve:

Graças ao seu exemplo, Florestan nos deixou um importante legado: uma vasta, diversificada e profunda obra teórica; a energia inesgotável na defesa das causas justas; a solidariedades humana e a dignidade moral; a sensibilidade e o olhar terno dos que sofrem calados; a determinação e a força dos grandes guerreiros, prontos para a batalha. Seu ânimo de luta combina-se com a fibra militante e o alcance revolucionário que inspiram o MST, que ele tanto prezava. (p.21).

Entre tantos desafios apresentados ao longo da sua existência, o MST contempla, em sua estrutura orgânica, os Congressos Nacionais enquanto espaço privilegiado de leitura e debate acerca dos desafios de cada período histórico, alinhando as linhas estratégicas de ação às formas de lutas e a sua estrutura organizativa, objetivando garantir a continuidade da luta e o desempenho de sua missão.

O **I Congresso Nacional do MST** foi realizado em janeiro de 1985 em Curitiba, no Paraná, com 1.500 delegados/as de todo o Brasil, representando os grupos que estavam lutando por terra no país. As principais deliberações do Congresso foram: colocar a reforma agrária na agenda do país; consolidar a organização do MST a nível nacional; buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país; ocupar os latifúndios improdutivos como forma de pressão para a realização da reforma agrária no país; não fazer pacto com o novo governo por compreender que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupações e lutas de massa.

Em 1990, entre os dias 08 a 10 de maio, aconteceu, em Brasília, o **II Congresso Nacional do MST**, com a participação de 5.000 delegados/as dos 19 estados onde o MST estava organizado. Também participaram 23 representantes de organizações camponesas da América Latina. As principais resoluções do Congresso foram: o fortalecimento da aliança com os operários e demais setores da classe trabalhadora; exigir o fim à violência no campo; pressionar o governo pela realização da reforma agrária; divulgação da luta pela reforma agrária e fazer o debate com a sociedade sobre a necessidade da reforma agrária.

Em Brasília também foi realizado o **III Congresso Nacional do MST**, entre os dias 24 a 27 de julho de 1995, e participaram representantes dos 22 estados com 5,2 mil delegados/as e muitos convidados nacionais e internacionais. Dentre as prioridades de ação: Intensificar as lutas massivas; levar o tema da reforma agrária para a sociedade; apresentar as reivindicações ao governo federal.

O **IV Congresso Nacional do MST** aconteceu entre os dias 07 a 11 de agosto de 2000 em Brasília e contou com mais de 11 mil militantes do MST de 23 Estados e 170 convidados de organizações sociais de 25 países representando 45 delegações e comitês, além de simpatizantes e amigos nacionais. Como definições desse Congresso constavam: intensificar a aliança campo e cidade; promover a discussão de gênero em todas as atividades do MST; lutar contra o imperialismo representado pelos organismos internacionais (OMC e FMI) e construir uma nova estrutura social nos assentamento no meio rural.

Entre os dias 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília, ocorreu o **V Congresso Nacional do MST** com mais de 17 mil participantes. Nesse momento, foram debatidas as linhas políticas estratégicas, deixando entrever que o Movimento vislumbrava um projeto popular para a agricultura que atendesse as necessidades dos camponeses e da população brasileira e combate o modelo das elites.

O **VI Congresso Nacional do MST** realizou-se entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, com a participação de 15 mil Sem Terra de 23 Estados do Brasil e do Distrito Federal. Participaram, também, duzentos convidados internacionais oriundos dos cinco continentes. Nesse Congresso foi aprovado o Programa de Reforma Agrária Popular<sup>14</sup>, instrumento político de promoção do debate da necessidade da realização da reforma agrária no Brasil. A proposta que o MST defende considera a ampla participação e conscientização não somente de sua base social, mas, e principalmente, do conjunto da sociedade, haja vista que a proposta objetiva ser uma tarefa popular, na defesa do projeto de agricultura para o Brasil visando atender as demandas das famílias do campo e da cidade.

Sobre essa pauta, Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST alerta que:

O 6º Congresso não apenas pautou nossa proposta de Reforma Agrária Popular à presidente Dilma ou para o governo, mas principalmente para nossa base e para a sociedade. Agora, nos cabe o desafio de fazê-la avançar com o conjunto da classe trabalhadora (Página do MST 19/02/2005).

---

<sup>14</sup> Conforme cartilha Programa Agrário do MST – VI Congresso Nacional do MST (MST, 2013).

A proposta de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST, não se destina apenas aos trabalhadores sem terra ou aos povos que vivem no campo. Sendo popular, busca abranger a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. Para o MST, essa proposta somente poderá se realizar a partir de uma grande aliança de toda classe trabalhadora, pois objetiva medidas necessárias na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra, de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza.

O quadro 1 registra as palavras de ordem dos Congressos Nacionais no período de 1985 a 2014.

**QUADRO 1-** Cronologia das palavras de ordem dos Congressos Nacionais do MST (1985-2014)

ANO	ORIGEM	PALAVRAS DE ORDEM
1985	1º Congresso Nacional	“Sem reforma agrária não há democracia”. “Ocupação é a única solução”.
1990	2º Congresso Nacional	“Ocupar, resistir e produzir”
1995	3º Congresso Nacional	“Reforma agrária: uma luta de todos”
2000	4º Congresso Nacional	“Por um Brasil sem latifúndio”
2007	5º Congresso Nacional	“Reforma Agrária: Por justiça social e soberania popular”
2014	6º Congresso Nacional	“Lutar: Construir reforma agrária popular”

Fonte: MST (2007); MST (2013).

As palavras de ordem definidas pelo MST surgem a partir da conjuntura política de cada período e direcionam as ações do Movimento. Constituem-se em um importante elemento cultural do MST, dando significado ao sentido da luta dos sem terra. Conforme Bogo (2003) as palavras de ordem não foram superadas, continuam atuais por serem a simplificação do programa de reforma agrária do MST, marcando sua trajetória histórica.

Atualmente o MST está organizado em 23 estados e no Distrito federal, com mais de 370 mil famílias assentadas e 120 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Dentre os vários desafios que estão colocados para o Movimento está a necessidade de ampliar e qualificar a participação das famílias nas instâncias de base enquanto espaço de construção do sujeito coletivo – o MST.

### **Organicidade na base do MST: buscando a participação de todos e todas**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem empreendido, ao longo de sua trajetória, transformações sistemáticas nas estruturas formais de tomada de decisão e

de mobilização de seus membros. Constituído como movimento de massa<sup>15</sup>, a base da sua organização se estabelece por um conjunto de pessoas que se reúne, organiza e luta para alcançar determinados objetivos. Assim, para ser considerado movimento de massa, se faz necessário que haja mobilização e luta permanente. Para Bogo (2003) somente pode ser considerado membro do MST quem estiver em permanente “movimento”.

Nessa perspectiva, o MST desenvolve um processo de estruturação orgânica objetivando a participação das famílias nos acampamentos, nos assentamentos e no conjunto da organização. A organicidade, para o MST, deve proporcionar espaços de participação democrática e popular, formação de lideranças, distribuição de tarefas e despertar da consciência social e política em seus membros. Por organicidade Bogo (2000) define:

Chamamos de organicidade a relação que deve ter uma área de atuação do movimento com todas as outras. O princípio fundamental da organicidade é seu espírito combativo e coletivo. Não pode haver isolamento e nem individualismo. Cada parte é responsável por si e pelo bom funcionamento das outras partes. Por ter esse entendimento, as direções não podem estar separadas dos setores e os núcleos separados de ambos. Os núcleos funcionam como instâncias de base, os setores como direções de temas específicos e as direções como representantes do todo (p.41).

A teoria da organização de um movimento social vai sendo elaborada no processo de construção com o passar dos tempos (MST, 2005c). Nesse sentido, o MST, ao desenvolver a luta pela terra, traz, intrinsecamente, as demandas espontâneas dos trabalhadores, característica do movimento de massa. Bogo (1999) afirma ser fundamental a combinação entre movimento e organização, sendo esta necessária para a superação das enormes fragilidades espontâneas que o MST carrega. Afirma, ainda, que as fragilidades devem ser superadas para que este movimento de massa passe, sem mudar sua natureza, para organização de massa, criando dentro do seu ser uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação. Logo, é dessa compreensão que emerge a importância de uma estrutura orgânica horizontalizada<sup>16</sup> com a participação contínua e permanente das famílias que entram no MST. Nessa ótica, para Bogo.

---

<sup>15</sup> Podemos concluir que “massa” é o conjunto de trabalhadores que tem interesses opostos dos grupos dominantes, no caso do MST, refere-se aos trabalhadores sem terra, vindos de diferentes categorias e classes, em relação aos latifundiários (BOGO, 1999, p.133).

<sup>16</sup> Por estrutura horizontal, o MST compreende aquela estrutura onde se valoriza todas as formas de organização de base que passam a funcionar como se fossem instâncias de decisão. Logo, a democracia deixa de ser representativa e passa ser participativa, onde cada família ao participar do núcleo de base, representa a si própria. Após a aprovação as propostas no núcleo, não é delegado o poder a quem as levará para as instâncias, é uma tarefa a mais para quem for fazer isto (MST, 2005c P.83).

Podemos dizer que Movimento e Organização são dois lados da mesma estrutura organizativa que compõe um grande movimento de massa. [...] Para um movimento de massa podemos elencar alguns elementos que são sua base de sustentação. Movimento de massa é igual: massa, mobilização, agitação, experiência, formas de luta, objetivos gerais. Com estes elementos funciona um Movimento de massa. Mas não garante sua organicidade. Logo é necessário acoplar lhe o outro lado da estrutura para que esta não pereça que são os elementos da organização de massa. Organização é igual: grupo, estrutura, conspiração, consciência, estratégia, programa (BOGO, 1995, p. 03).

A organização de massa é fundamental dentro do movimento de massa, mesmo que esta seja transitória. É o que ocorre quando se monta um acampamento de Sem Terra. Cria-se uma estrutura de organização envolvendo as famílias visando estimular o engajamento e o protagonismo orgânico no processo da luta. Isso não quer dizer que essa nova forma de organização social seja de imediato compreendida pelas famílias. A estrutura orgânica, conforme Bogo (2003), é simplesmente a hierarquia que compõe o sistema de poder dentro da organização. O MST compreende a organicidade desde as pessoas até a realização das mínimas tarefas, que cotidianamente deve levar a constituir-se em cultura.

Ao tratarmos da organicidade enquanto processo da prática cultural no MST, tomaremos o conceito de cultura para Chauí (2000), palavra de origem latina, *colere*, que significa “cultivar, criar, tomar conta e cuidar”(p.372). Logo, sua origem remete ao cultivo da terra, expressando ação de cuidado e, por conseguinte, ao trabalho. Quando nos voltamos a cultura do campesinato, “ela se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza (Dicionário da educação do campo, p179).

Para compreender a relação da cultura com o trabalho, Marx(2006) conceitua trabalho como sendo a “atividade dirigida com o fim de criar valor-de-uso, de apropriar dos elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana” (p.218). Neste sentido, o trabalho constitui-se como categoria fundante do ser social, enquanto atividade exclusivamente humana, na busca permanente pelas condições materiais de existência através da organização social, da criatividade, da imaginação e da luta. Desta forma, somos um permanente fazer-nos individual e socialmente.

Podemos tomar, objetivamente, a cultura como sendo toda criação humana resultante das relações entre os homens e a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida; ainda que em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente sua existência e dão sentido a essa produção material. Enquanto subjetividade humana, a cultura expressam-se por meio das artes, teorias, ciências, religiões, ideologias, entre outras. Para Marx, tudo isso é ideologia, como o conjunto de

ideias e valores que se cristalizam na chamada “superestrutura” e que possuem uma relação de dependência e influência com a organização do trabalho. No MST, essa subjetividade também é expressa através da mística, que, para os Sem Terra, é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre pessoas e as coisas no mundo material. Entre ideias e utopia no mundo ideal (MST, 2005).

Para Bogo (2009),

A dimensão de cultura para MST deve estar em sintonia com os objetivos estratégicos para que, de fato, se consiga implantar as mudanças estruturais que se pretende. Esse esforço deve se transformar em valores permanentes, conformando comportamentos em novas condutas (p. 101).

E por meio do trabalho, da organicidade, das manifestações culturais, da linguagem e das relações sociais, dentre outras, que vão sendo forjado o processo de consciência social dos Sem Terra. Marx e Engels (2009), quando se referem ao ser social e à consciência social, afirmam: “A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real.” (p. 31) Continuando acrescentam “... são os homens que desenvolvem a sua produção material e seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p, 32). Essa relação, portanto, não ocorre de forma linear e nem automática.

Para os Sem Terra, é nos acampamentos e assentamentos que se desenvolve a “vida real” e, sendo esse um novo ambiente, surge a necessidade de um processo organizativo de nova ordem, constituindo coletivamente e cotidianamente como um novo paradigma da vida social. Nos espaços organizativos de participação das famílias, surge novas linguagem, como núcleos, setores, assembleias, reuniões, entre outros, e por meios desses espaços orgânicos e novas práticas culturais, vão se forjando o processo de consciência, onde os indivíduos torna-se parte, sujeito, protagonista do processo histórico.

Na perspectiva de construção de novos paradigmas para a sociedade de novo modelo, o MST acredita que já é possível construir no presente, ou seja, é possível ir ensaiando a “revolução cultural” que se dará através da “consciência crítica no processo do fazer refletido. Ação e reflexão são os elementos geradores dessa consciência crítica” (BOGO, 2009). A organicidade para o MST deve constitui-se nesse exercício permanente da pedagogia da práxis, onde o fazer refletido impulse novas ações para transformar a sociedade.

Segundo Morissawa (2001), no período de 1985 a 1990, o MST foi constituindo suas instâncias de representação, que incluem desde os grupos de base até o Congresso Nacional. Em âmbito nacional tem-se: **Congresso Nacional** - instância máxima de decisão do Movimento, realizado a cada cinco anos. Constitui-se em espaço de decisão das linhas políticas de cada período e promove a confraternização entre seus membros; **Encontro Nacional** - realizado a cada dois anos, promove estudos e avalia o desempenho da execução das linhas políticas definidas no Congresso Nacional; **Coordenação Nacional** - instância que se reúne duas vezes ao ano. Tem a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das deliberações do Congresso Nacional, do Encontro Nacional e setores. **Direção Nacional** - composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. É responsável por acompanhar, representar e garantir as linhas e decisões políticas nos Estados.

Em âmbito regional/estadual têm-se: **Encontros Estaduais** - realizam-se anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades planejadas e as ações do MST, bem como definem as linhas de ação prioritárias para os setores. Elegem os membros das Coordenações Estaduais e Nacional; **Coordenações Estaduais** - instância que se reúne duas vezes ao ano, é composta pelos membros das direções regionais, representantes dos setores e do Sistema Cooperativo de Assentados pelas regionais (SCA). Seus membros são indicados pelas regionais e homologados nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, dos setores e das definições dos Encontros Estaduais; **Direções Estaduais** - compostas por um número de membros que pode variar a partir da realidade de cada Estado. São homologadas nos Encontros Estaduais, reúnem-se a partir do calendário definido no início de cada ano e têm como tarefa a responsabilidade de dirigir e representar o MST nos Estados, acompanhar as regionais e zelar pela organicidade e ações dos setores. **Coordenações Regionais** - essa instância se constitui por um número de assentamentos e acampamentos a partir da divisão territorial em cada estado. São compostas por membros eleitos nos encontros dos assentados e acampados, contribuem para garantir a execução das atividades e linha políticas em cada assentamento e acampamento; **Coordenação de Acampamentos e Assentamentos** - composta pelos membros eleitos em cada grupo de base e representantes de setores de atividades e equipes, é responsável pela organicidade e desenvolvimento das atividades em cada área; **Grupos de base**<sup>17</sup> - Composto por grupos de famílias em cada acampamento e assentamento, onde participam homens, mulheres, crianças. Constitui-se em espaços de

---

<sup>17</sup> São os trabalhadores que se identificam com a organização e sentem-se parte dela. São os que já entenderam os objetivos mais políticos da mesma. São os que mobilizam-se, não apenas pelo econômico. São os que dedicam parte do seu tempo em questões que não beneficiam apenas a si próprio. O seu nível de consciência política já é mais elevado (MST, 1998, p. 8).

estudo e debates das demandas da organização e internas de cada área; **Setores:**<sup>18</sup> São formados por coletivos de pessoas que se dedicam a pesquisar, estudar, planejar e organizar as atividades correspondentes àquela área de atuação. Cada setor tem seus objetivos e princípios. No MST estão constituídos os seguintes setores: Frente de Massas, Produção Cooperação e Meio Ambiente, Comunicação, Educação, Formação, Saúde, Finanças, Gênero, Direitos Humanos, além das secretarias estaduais e nacional.

## **Nova Organicidade do MST: um processo em construção**

A partir da década de 90 tem início um novo contexto rural brasileiro com a implantação e consolidação do capitalismo monopolista e seu projeto imperialista para o campo, o agronegócio. Além das terras destinadas à produção de *commodities* agrícolas como soja, milho, cana-de-açúcar, eucalipto, entre outros, seria necessário um estoque de terra para a expansão dessa nova fase da dinâmica capitalista no campo brasileiro. Essa realidade no campo levou à diminuição da oferta e ao aumento nos preços das terras, fatores que dificultam a obtenção de terra para assentamento de reforma agrária. Para fazer a reforma agrária, o governo precisa mobilizar força e recursos financeiros, ter vontade política de fazê-la e, principalmente, enfrentar o latifúndio (MST, 2005a).

O cenário político levou o Movimento a uma estagnação progressiva de suas conquistas. Se, naquele período histórico, não era possível continuar crescendo para fora, através da massificação, ocupações e acampamentos, o MST decide voltar-se para dentro para melhorar a organização com a participação de sua base social, avançar no processo de formação, sem deixar sucumbir sua natureza de movimento social.

Essa decisão não fora somente em função da difícil conjuntura que se vislumbrava para a década de 90, mas, principalmente, porque o Movimento já vinha sentido a fragilidade em sua estrutura orgânica, conforme expressa em seus documentos.

A organicidade dentro do Movimento só não tem sido prioridade por falta de clareza política. [...] Falta de militantes, pouca gente preparada tecnicamente, grande parte dos assentados fora do Movimento, divisão interna dentro dos acampamentos e assentamentos, militantes e dirigentes com métodos de direção equivocados, pouca participação das nossas bases nas discussões e decisões nos estados, vários desvios ideológicos na base e de direção. Os setores na maioria dos estados funcionam com coletivos deficientes, com alguns companheiros/as acumulando tarefas. [...]

---

<sup>18</sup> Para maior conhecimento sobre os setores de atividades do MST, consulte: MST. Funcionamento das brigadas do MST ( 2005, p.18-30); CARTER, Miguel Combatendo as desigualdades social: O MST e Reforma Agrária no Brasil (2010, p.301-321).



Há um corporativismo nas instâncias e setores, há um isolamento e uma distância no que se discute e encaminha com o que pensa e a prática das instâncias de base. [...] O núcleo não prioriza as tarefas do assentamento, o assentamento não prioriza a regional, a regional não assume as tarefas estaduais e os estados não conseguem encaminhar de forma adequada, as tarefas nacionais (MST, 1998, p.4).

Com o crescimento do MST, o conteúdo do princípio da “Direção Coletiva”<sup>19</sup> ficou insuficiente. Logo, mesmo que o MST não tenha presidente que centraliza a decisão, se um grupo concentra as decisões, significa que a grande maioria dos membros que pertencem ao Movimento ficava de fora das discussões e muitas vezes não sabiam o que estava acontecendo, como se não fizessem parte desta organização.

Outra fragilidade refere-se ao método de direção, que está diretamente relacionado com a estrutura orgânica. Ou seja, o modelo que estava sendo desenvolvido levava ao método de direção verticalizada, no qual a grande maioria de representação delega poderes para um grupo bastante reduzido. Nessa democracia representativa, na grande maioria das vezes, os representados não sabem o que seus representantes estão decidindo e o método de direção é desenvolvido por meio de ordens como se fosse uma empresa.

Outro aspecto importante que precisava ser melhorado era em relação ao princípio da “vinculação com a base”, os membros eleitos para compor as instâncias, principalmente as direções, elegiam-se para representar não necessariamente um grupo de indivíduos, mas um determinado espaço geográfico onde encontrava-se vários acampamentos e assentamentos, característico da forma organizacional do MST em micro regiões e/ou estados da federação. Dada às diversas dificuldades no acompanhamento as áreas, os dirigentes, imprimia o estilo de trabalho de base na forma de visitas justamente porque teria de se deslocar muito e acabava gastando a maior parte do tempo nas estradas. Além disso, sua preocupação se concentrava sobre os problemas gerais e não sobre a situação das pessoas e do funcionamento orgânico do Movimento.

Para o MST não era possível continuar com a organicidade da forma como estava sendo desenvolvida. Era necessário, como afirma Bogo (2002), dar um “salto de qualidade”. Sem militantes bem formados, uma organização não tem condições de enfrentar os desafios

---

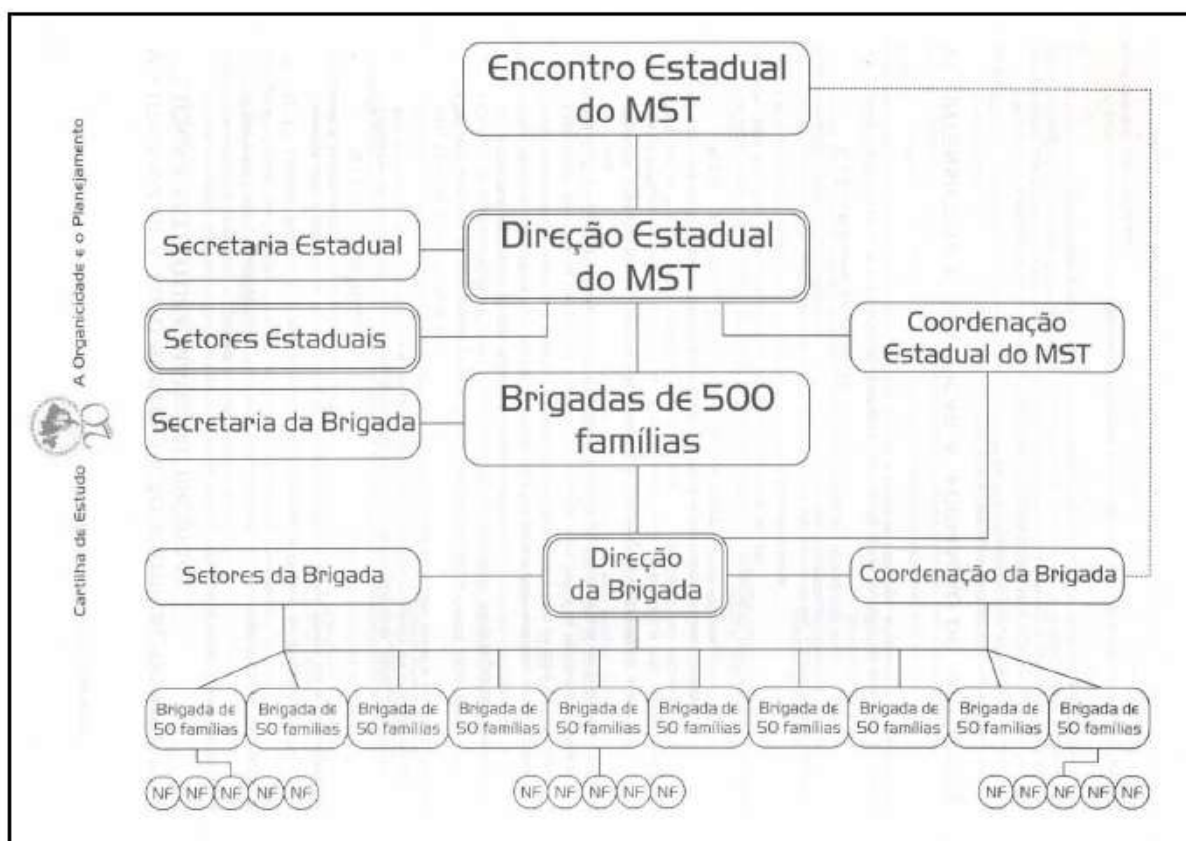
<sup>19</sup> Os princípios organizativos do MST. **1. Direção coletiva:** Todas as instâncias do MST, desde a base até a direção nacional, devem ser formadas como comissões coletivas; **2. Divisão de tarefas:** Em todas as instâncias devem ser distribuir as tarefas entre o maior número possível de pessoas com responsabilidade individual pelas tarefas e funções; **3. Disciplina:** Respeito às decisões coletivas e o cumprimento das tarefas e atribuições individuais; **4. Planejamento:** Planejar antecipadamente as atividades com distribuídas das responsabilidades e funções; **5. Crítica e autocrítica:** Avaliações periódicas nas instâncias e comissões, onde cada membro tenha a humildade de realizar sua autocrítica e ao mesmo tempo criticar os erros individuais e coletivos; **6. Estudo:** Todos os membros do de todas as instâncias ou não, devem ser estimulados e desafiados a sempre estudar; **7. Vinculação permanente com as massas:** todos os dirigentes, em todos os níveis devem manter veículos permanentes com o povo.

que as circunstâncias apresentam. As diversas discussões que se seguiram nas instâncias do MST objetivavam construir uma “nova organicidade”, um novo modelo organizativo que fosse capaz de repercutir tanto nas estruturas de comando de caráter político como também na produtiva e pedagógica e, principalmente, na base.

No IV Congresso Nacional realizado em 2000, definiu-se pela implementação da “nova organicidade”, mas essa ainda demoraria para começar a ser implementada. Seria necessário formular metodologias seguidas do planejamento constando análises, estudos sobre todos os aspectos dos problemas e tomada de decisões de enfrentá-los, bem como estabelecer metas e prever os meios necessários para realizá-la (MST, 2005c). Nesse sentido, em 2002, foi realizado nacionalmente um grande mutirão de trabalho de base nas áreas de assentamentos e acampamentos, buscando conhecer o movimento pela base para melhorar a organização.

O significado e o conteúdo da nova organicidade abrangem: ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes, implementar os círculos orgânicos e acumular forças. Para alcançar esses objetivos e superar os desafios, a partir do entendimento de como o MST deveria funcionar, a nova organicidade foi estruturada em **brigadas, núcleos de base, instâncias e setores**, conforme descrito na figura 1.

**FIGURA 1** – Estrutura da nova organicidade do MST



Fonte: MST, 2005a, p. 109.

Na composição da nova organicidade do MST, estão contemplados:

**Núcleos de Famílias e/o Base (NBs)** os núcleos são compostos tanto no assentamento quanto no acampamento por aproximadamente 10 famílias, por proximidade de moradia. Devem participar, prioritariamente, o homem e a mulher. Os jovens e as crianças também devem ser convidados, mas, geralmente, estes querem criar seus próprios espaços de organização. Cada núcleo escolhe para coordenação um homem e uma mulher<sup>20</sup>. Na nova organicidade, os NB's se constituem enquanto espaço de participação da base no cotidiano do Movimento, nas reuniões deverão ser discutidos desde as demandas dos assentamentos e acampamentos, bem como as pautas política e organizativa do MST; **Brigada de 50** – corresponde ao conjunto de cinquenta famílias organizadas em cinco núcleos. Para essa instância deve ser indicado um dirigente que fará parte da direção da brigada e terá a função de dar acompanhamento às famílias e subsidiar a coordenação dos NB's.

**Brigada** – quer dizer a soma das partes de uma organização para desenvolver atividades diferentes com o mesmo objetivo (MST, 2005b). É composta por um conjunto de famílias dos assentamentos e acampamentos próximos. O número de famílias pode variar de acordo com cada realidade. Na origem da proposta, onde for possível, será constituída por quinhentas famílias. Na brigada deverão ser distribuídas ao máximo as tarefas entre os coletivos que devem ser formados.

**Setores** - A brigada também é organizada por setores, envolvendo frente de massas, produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação, cultura. Além dos setores, há equipes como: finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos. Cada setor será composto por um coletivo formado por um representante a cada três núcleos de família, conforme demonstrado a seguir:

Se uma brigada tem 500 famílias terá 50 núcleos. O setor deve ter dez representantes, por isso cada um irá ficar responsável por 5 núcleos. Logo, cada membro do setor de educação terá 5 núcleos, da formação, da produção e assim por diante. Estes representantes aproveitam as reuniões por mês que há no núcleo para encaminhar as suas tarefas (MST, 2005b, P.7).

**Direção da Brigada** – a brigada também tem uma direção composta por 01 representante para cada 05 núcleos e 02 representantes de cada setor.

---

<sup>20</sup> A participação das mulheres nas instâncias de decisão no MST nunca foi vetada, mas enquanto definição política de assegurar a participação de gênero desde a base, começou a ser implementada a partir da *nova organicidade* do MST.

Logo, se a brigada é composta de 500 famílias temos que ter 10 dirigentes que devem ser homens e mulheres que se reúnem periodicamente para encaminhar as decisões sobre toda a brigada. [...] Então as direções das brigadas chegam a 30 pessoas que devem se reunir uma vez por mês pelos menos (MST, 2005b, p.8).

**Coordenação da Brigada** – é composta por todos os responsáveis por alguma função, seja nos núcleos ou nos setores, juntamente com a direção. Logo tem-se: 02 coordenadores em cada núcleo 10 representantes de cada setor, e mais 10 membros da direção da brigada, que, juntos, podem chegar a mais ou menos 180 lideranças em cada brigada (MST, 2005b).

A nova reestruturação da organicidade do MST busca ampliar a participação popular das instâncias de base, porém, para que a concretude da proposta seja efetivada, se faz necessário o envolvimento e empenho do conjunto do Movimento em construir as brigadas para que o MST ganhe mais qualidade orgânica e política.

## CAPITULO II - MST NO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Para contextualizar os aspectos históricos do surgimento e desenvolvimento do MST no Espírito Santo, considero importante abordar as mudanças do desenvolvimento da agricultura e da economia desse estado, principalmente ao longo das décadas de 1960-1970, quando este adota e expande o projeto da modernização conservadora em curso no país. Segundo a análise de Valadão (1999),

[...] a ação da elite local, conjugada com interesses da elite política e econômica nacional, de modernizar a agricultura e industrializar o Espírito Santo, não foi motivada fundamentalmente pela crise da cafeicultura [...] mas sim pela determinação dessas elites em mudar o sentido do desenvolvimento econômico local mediante a canalização de iniciativas de empreendimentos com grande impacto econômico. A expectativa era que a instalação de grandes projetos em solo espírito-santense funcionasse como um tipo de mecanismo de ajuste da economia estadual à dinâmica mais geral da acumulação capitalista no país (p. 37).

O desenvolvimento capitalista no Espírito Santo, a partir da modernização da agricultura, constitui-se em um processo de exploração e devastação do meio ambiente, principalmente com a destruição da mata atlântica através de instalações das indústrias madeireiras para, em seguida, dar lugar às vastas extensões de terra utilizadas, principalmente, com eucalipto, pastagens para gado, cana-de-açúcar e café.

Paralelo às mudanças no campo, ocorre o desenvolvimento industrial no Estado para atender ao processamento das matérias-primas produzidas pela agricultura, porém, se faz necessário realizar melhorias em infraestrutura para o setor, vindo a ocorrer com fortes investimentos e isenções financeiras por parte dos governos estadual e nacional.

Não fora de forma pacífica e sem resistências que índios, caboclos, negros e camponeses foram sendo expropriados de suas terras. Nessa luta desigual com o latifundiário e sua milícia, muitos trabalhadores perderam suas vidas por não aceitar a expulsão não só da terra, mas de toda herança cultural desses povos, em sua grande maioria originários da terra. Restou, para a grande parcela dos trabalhadores do campo, o êxodo para cidade, formando bolsões de miséria nas periferias das principais cidades do estado e, para garantir as condições de subsistência, obrigam-se a vender sua força de trabalho, agora para as nascentes indústrias e/ou continuar a trabalhar na terra, desta feita, como assalariados e diaristas do campo.

Serão os excluídos da terra, ou como afirma Marx, “o exercito industrial de reserva, ou a superpopulação relativa” que, com ajuda dos “mediadores”, dentre eles a CPT e

Sindicatos Rurais, buscarão saída para o estado de necessidades em que viviam. Transformam-se em sujeitos políticos organizados que decidem lutar pela terra, constituindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Espírito Santo. É a partir de suas ações, que passa a questionar os rumos que a agricultura capixaba assumiu.

## **Elementos da questão agrária no Estado do Espírito Santo**

A agricultura no estado do Espírito Santo, ao longo do século XVIII e meados do XIX, teve sua economia organizada tendo por base a monocultura agroexportadora dependente de um único produto, o café, que sempre sofreu oscilações na balança comercial, seja pelo declínio dos preços externos, ou pelo aumento das áreas plantadas estimuladas pela alta do preço do café.

No quadro mais geral da política de imigração do governo imperial, a ocupação dos vazios demográficos no Espírito Santo foi impulsionada pela expansão da cafeicultura. Entretanto nas grandes regiões que compunham o Estado à época – a sul, a central e a norte – o processo de colonização/expansão da cafeicultura apresentou diferenças marcantes (VALADÃO, 1999, p.39).

Na região sul do estado do Espírito Santo a ocupação se deu por fazendeiros de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que trouxeram seus escravos para desbravar as terras capixabas, atraídos pela farta disponibilidade de terras férteis e devolutas e pela crescente elevação dos preços internacionais do café. Nessa região, as grandes fazendas já existentes, produtoras de açúcar, empregando mão-de-obra escrava, passaram a produzir café. Não demorou muito para a região sul se firmasse como principal produtora de café do Estado.

A região capixaba mais montanhosa, a central ou serrana, foi escolhida pelo governo Imperial para ser ocupada pelos primeiros imigrantes estrangeiros que aportaram no Espírito Santo a partir de 1874. Eram famílias expulsas das terras em função do avanço do capitalismo na agricultura europeia. A ocupação nessa região objetivava a produção de alimentos de subsistência através de uma economia sustentada por pequenas unidades agrícolas. Ainda que a prioridade fosse à produção de subsistência, também se plantava café, isso porque era o único produto com valor comercial expressivo.

A ocupação e expansão da região norte capixaba, ocorreu em momentos e formas distintas de posse e exploração agrícola. Atraídos pelas terras férteis, a exploração começava com a extração da madeira, passava pela lavoura temporária e consolidava-se o café, diferente da forma como ocorreu no extremo norte do Estado, onde se encontram

solos menos férteis e, após a derrubada e venda da madeira, desenvolveu a pecuária extensiva de gado bovino, que ganhou força e expressão estadual a partir da década de 40. Segundo Valadão (1999).

O crescimento da cafeicultura no Espírito Santo vai, paulatinamente, promovendo o desbravamento da floresta, o incremento da imigração, a fixação do imigrante europeu não português, a construção de estradas e caminhos vicinais, a navegação regular a vapor e a implementação da ferrovia (p.41).

Apesar de todos os investimentos do Estado, o café continuava sendo o único produto comercial exportável e, portanto, suscetível às crises internacionais, o que viera a ocorrer em vários períodos, ocasionando a desaceleração econômica e a inviabilidade da grande propriedade cafeicultora. Conforme análise de Valadão (1999),

Os grandes proprietários, impossibilitados de aumentar a exploração sobre os colonos, (trabalhadores livres, imigrantes estrangeiros chegados à região e dirigidos à grande fazenda, fundamentalmente para serem mão-de-obra do grande latifúndio monocultor, substituindo assim o trabalho escravo, fartamente empregado até 1888) e, ainda, até de mantê-los em seu domínio, passaram a dispor apenas da terra, enquanto reserva de valor que, como mercadoria, nos momentos de crise financeira, era negociada de acordo com a ocasião (p. 42).

Muitos fazendeiros, em decorrência das crises do café, se viram obrigados a dividir suas propriedades e vender em pequenos lotes, para antigos colonos e imigrantes. Para Gomes (2005), A proliferação do trabalho familiar, em pequenas extensões de terras, seria a marca fundamental do desenvolvimento econômico e social na região do Espírito Santo a partir do final o séc. XIX.

A necessidade de diversificar a produção articulada com iniciativas industriais era uma preocupação tanto do governo local, quanto da elite cafeicultora. Apesar das iniciativas, o Espírito Santo chega às primeiras décadas de século XX sem conseguir realizar mudanças significativas industrializantes. Entre o período de 1951-1954 o governo de Jones dos Santos Neves, interessado na industrialização, priorizou os problemas de infraestrutura sociais, (energia elétrica, abertura e pavimentação de estradas e vias públicas, entre outros) além de investimentos com infraestrutura em empreendimentos comerciais, industriais e portuárias.

A partir do conjunto de investimentos nas melhorias das condições de infraestrutura e, estimuladas pela política de subsídios governamentais e de incentivos fiscais, várias empresas de diferentes campos econômicos foram se instalando no Estado. Itapuã

Calçados, Fábrica de Chocolates Garoto, Fábrica de Cimento Nassau, entre outras. Sobre o incremento da industrialização na economia do Estado, Valadão (1999) analisa.

Mas, ainda assim, o Espírito Santo chega à década de 1960 na condição de estado periférico, diante do crescimento da moderna economia industrial e urbana. Com pouco peso econômico dentro do quadro da economia nacional. [...] Apesar de situado na região de maior dinamismo econômico, industrial e político do país, o Espírito Santo continuava apresentando crescimento econômico desigual e desequilibrado (p. 44-45).

A estratégia da elite estadual estava intrinsicamente ligada com a estratégia nacional de desenvolvimento industrial, associada à modernização da agricultura no país, promovida nas décadas de 60 e 70. Nessa perspectiva, dentre as medidas encontradas para o florescimento desse projeto, estava o plano de reduzir a produção cafeeira, fato que ocorrera nos anos de 1962 e 1966/67. Sob o argumento de o produto ser antieconômico e que a sua erradicação liberaria área que propiciassem o aumento da oferta interna de alimentos a preços mais baixos, o resultado, então, superaram as metas previstas. Entre os anos de 1966/67 no Brasil mais de 655 milhões de pés de café foram erradicados e liberados 674 mil hectares de terra. Aproximadamente 35% desse total, (235 milhões de pés e 293 mil hectares) corresponderam à contribuição da lavoura cafeeira capixaba. VALADÃO (1999).

Para garantir o plano de desenvolvimento econômico do Estado, agora, com a economia estagnada, seriam necessário instrumentos que desse dinamismo econômico e ampliasse as fontes de arrecadação tributária. O governo passa, então, a implementar uma reforma administrativa, e em 1967 cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Sistema de Crédito para o Desenvolvimento, que vão originar os atuais Bandes (Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional); Banestes (Banco do estado do Espírito Santo) e Banestes Financeira.

A estratégia industrializante e modernizadora da agricultura capixaba durante as décadas de 70 e 80 atuou no planejamento de expansão e melhoramento de grandes complexos industriais nas áreas de siderurgia, portuária e naval. Na agricultura, fora implantado o Programa Nacional do Álcool na região norte e o empreendimento de maior porte e expressão econômica e política, a Aracruz Celulose, atualmente Fibria. Inaugurada em 1978 na cidade de Aracruz, para sediar o plantio de sua matéria-prima básica (eucalipto) e a fábrica de celulose. As florestas homogêneas, criadas a partir da legislação de incentivo ao florestamento para fornecer a matéria-prima básica à empresa, estão concentrada também e principalmente na região norte. Ainda na década de 70, a cafeicultura volta a se expandir, agora, com tecnologia sofisticada, desde o melhoramento genético, sistema de



irrigação, utilização de insumos industriais, entre outros, nada comparado com o período anterior.

As transformações no padrão de apropriação e uso da terra ocorrido na agricultura capixaba desconsideraram os camponeses, os indígenas e os quilombolas, povos originários que por gerações habitavam e trabalhavam a terra em harmonia com a natureza, e ainda os camponeses imigrantes recém-chegados ao Brasil. Dentre as consequências desse processo, configurou-se o aumento da concentração da propriedade da terra, expulsão e expropriação de milhares de trabalhadores do campo, aumentando os efeitos sociais e ambientais.

O quadro 2, apresenta a evolução da população urbana e rural no Espírito Santo, no período entre 1970 a 2010. Os dados apresentam um aumento considerável nos índices migratório, ocasionado pelo processo da modernização da agricultura no Estado. O esvaziamento do campo tem sido contínuo e crescente, se observados os percentuais nessas cinco décadas, a população rural que era de 54,59% baixou para 16,60%. Em relação à população urbana que em 1970, era de 45,42% aumentou para 83,40% em 2010.

**QUADRO 2** - População total, rural e urbana – ES, 1970 - 2010.

Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1970	1.617.857	734.756	<b>45,41</b>	883.101	<b>54,59</b>
1980	2.063.688	1.324.701	<b>64,19</b>	738.978	<b>35,81</b>
1991	2.598.505	1.922.828	<b>74,00</b>	675.677	<b>26,00</b>
2000	3.094.390	2.460.621	<b>79,52</b>	633.769	<b>20,48</b>
2010	3.514.952	2.931.472	<b>83,40</b>	583.480	<b>16,60</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Espírito Santo, entre 1970–2010.

O quadro 3 mostra o número de estabelecimentos por grupos de áreas e suas respectivas participações em relação à área total, de 1995/6 a 2005/6. Nesse período houve uma ampliação do número de estabelecimentos em 11.073 unidades (15,1% a mais) e a área total sofreu redução de 18,5% (de 3.488.725 para 2.839.854 ha). Isso permite afirmar que houve uma evolução na ampliação dos números de estabelecimentos, ainda que menor que a redução do índice da área total. Mas, não ocorreu diminuição na concentração da terra.

Mas, ao analisar a evolução por grupo de área, verificamos que os estabelecimentos com até 10 ha foram os que mais incorporaram área, mas ainda pouco em relação à área do total dos estabelecimentos, passando de 3,44% para 6,45%. Enquanto isso, no outro

extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha que possuía 15,45% da área ampliando para 17,94%. Ou seja, os estabelecimentos que mais tiveram redução no tamanho da área, estão no grupo de área entre 50 a 100 ha.

A terra no ES é ainda muito concentrada, pois 5,28% dos estabelecimentos (com mais de 100 ha) são responsáveis por 53,3% da área, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 ha, representam 93,99% do nº de estabelecimentos em apenas 46,69% da área.

**QUADRO 3 - Relação de estabelecimentos por grupo de área e área total (1995 e 2006).**

<b>ES - Relação de Estabelecimentos e Área por Grupo de Área Total - Censo Agropecuário 1995 e 2006</b>								
<b>Grupo de área</b>	<b>1995/96</b>				<b>2005/06</b>			
	<b>Estabelecimentos</b>		<b>Área (ha)</b>		<b>Estabelecimentos</b>		<b>Áreas (ha)</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>		<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Até 10</b>	23.492	32,04	120.192	3,44	40.253	47,7	183.095	6,45
<b>10 até 50</b>	35.215	48,05	849.994	24,37	33.182	39,33	745.036	26,23
<b>50 - 100</b>	8.197	11,18	565.644	16,21	5.872	6,96	397.878	14,01
<b>100 - 500</b>	5.635	7,69	1.097.465	31,45	3.955	4,69	773.250	27,22
<b>500 - 1.000</b>	467	0,64	316.343	9,07	344	0,41	231.170	8,14
<b>&lt; 1.000</b>	202	0,28	539.086	15,45	157	0,18	509.425	17,94
<b>Sem declaração ou produtor sem área</b>	80	0,11	—	—	598	0,71	—	—
<b>Total</b>	73.288	100,00	3.488.725	100,00	84.361	100,00	2.839.854	100,00
<b>Fonte:</b> IBGE- Censo agropecuário 1995/96 e 2006.								

O quadro 4 apresenta a utilização da terra no Estado do Espírito Santo entre 1995/96 – 2006. No ano de 1995 a área ocupada com lavouras, pastagens e matas representavam 91,6% da área dos estabelecimentos, elevando para 94,9% no ano de 2006. No período de 1995 – 2006 houve uma redução da área ocupada com lavouras e pastagens e ampliação da área com matas em números reais e relativo. Mas ao analisar os números relativos (percentuais) houve redução da área com pastagem (de 52,2% para 47,2%), sendo que as pastagens naturais caíram de 21,9% para 4,2% e as áreas com pastagem plantadas ampliaram-se de 30,3% para 43,0%.

Apesar da redução da área com lavouras, em números reais (dados absolutos), houve uma ampliação relativa, elevando de 23,7% para 26,5% no período. A área com matas ampliou em números reais (544.597 ha para 600.635 ha) e número relativo (15,6% para 21,2%). Merece destacar que a monocultura de eucalipto consta como matas plantadas, o que pode justificar a ampliação da área com matas plantadas.

**QUADRO 4** - Utilização da terra no Estado do Espírito Santo – 1995/96 – 2006.

Utilização das terras	Ano			
	1995		2006	
<b>lavouras</b>	<b>828.522</b>	<b>23,7</b>	<b>751.834</b>	<b>26,5</b>
Permanentes	635.077	18,2	565.760	19,9
Temporárias	193.445	5,5	186.074	6,6
<b>Pastagens</b>	<b>1.821.069</b>	<b>52,2</b>	<b>1.341.585</b>	<b>47,2</b>
Naturais	762.638	21,9	120.155	4,2
Plantadas	1.058.431	30,3	1.221.430	43,0
<b>Matas</b>	<b>544.597</b>	<b>15,6</b>	<b>600.635</b>	<b>21,2</b>
Naturais	371.862	10,7	414.281	14,6
Plantadas	172.735	5,0	186.354	6,6
<b>Total</b>	<b>3.488.725</b>	<b>100,0</b>	<b>2.839.854</b>	<b>100,0</b>
<b>Fonte:</b> IBGE- Censo agropecuário 1995 e 2006				

### Uma visão da trajetória histórica do MST no Espírito Santo

Ainda durante o período dos governos militares, assistimos, no final da década de 1970 e início de 80, a eclosão de movimentos sociais, políticos e sindical, envolvendo trabalhadores do campo e da cidade, trazendo suas demandas específicas para a cena política, e questionando a estrutura de poder e renda no país e as condições de vida da grande maioria da população.

No cenário rural capixaba, o esforço da elite nacional, associada à elite local, para modernizar a agricultura e integrá-la à indústria, gerou consequências negativas para a vida social, e econômica dos camponeses. Ainda que os trabalhadores tenham obtido significativas conquistas trabalhista<sup>21</sup> e previdenciária<sup>22</sup>, o desenvolvimento capitalista na agricultura contribuiu para acentuar os problemas já instalados (êxodo rural, urbanização

<sup>21</sup> Na década de 60, os trabalhadores brasileiros conquistaram dois importantes direitos. O primeiro foi a Gratificação de Natal, mas conhecido como décimo terceiro salário, criado em 1962 por meio da Lei nº 4.090. O décimo terceiro salário foi garantido pela Constituição Federal de 1988 como um direito do trabalhador urbano e rural, inclusive o empregado doméstico. O segundo foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que foi instituído em 1967 para proteger os empregados demitidos sem justa causa. O fundo também foi um dos primeiros mecanismos de flexibilização das leis trabalhistas para acabar com a estabilidade do trabalhador, que após dez anos de trabalho em uma empresa, não podia ser demitido, salvo comprovação de falta grave por meio de inquérito judicial trabalhista.

<sup>22</sup> FURRUNRAL, criado em 1971 pela Lei Complementar nº 11 de 25/05/1971. Concedia meio salário mínimo mensal a todo lavrador ou pequeno proprietário que completasse 65 anos.

acelerada, acentuação dos níveis de pobreza rural, entre outros), porém não suficiente para promover o esvaziamento político do campo. Segundo análise de Valadão (1999).

[...] a partir do entendimento de que as mudanças ocorridas na agricultura haviam afastado aquela população de suas condições originais para a condição não desejada de assalariados e/ou desempregados e, portanto, o caminho “natural” e “inevitável” para reverter esse quadro seria o de restabelecer os vínculos daqueles trabalhadores com a terra, por meio do incentivo à luta para sua conquista (p.83).

Partindo dessa premissa, nos primeiros anos da década de 80, os trabalhadores agrícolas (assalariados, camponês, meeiros, parceiros, boias-frias, entre outros), reunidos em seus bairros, em geral pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, estimulados a refletir sobre suas condições concretas de existência e, esse processo de organização, aos poucos, começa a ser refletir nas suas consciências, a ponto de perceberem-se como “lavradores desempregados”. De acordo com Souza e Pizetta (2005).

Desenvolveu-se aí uma pedagogia que propiciava o estudo da realidade por meio das experiências individuais e coletivas. Principalmente à luz da Bíblia, confrontavam-se dois projetos: o dos homens (realidade) e o de Deus (Bíblia), e buscava-se entender o que de errado estava acontecendo e o que deveria ser feito para que o projeto de Deus estivesse de acordo com o projeto da vida (p.74).

A reflexão da realidade vivida sob a luz da bíblia despertou em seus membros um processo de conscientização política, e uma auto referência de sem terra, condição fundamental para o processo identitário da população excluída. Tal reconhecimento viria a partir de um trabalho de esclarecimento e convencimento de outros segmentos sociais sobre a necessidade e importância da luta pela reforma agrária, para reparar o efeito brutal da concentração da terra: a desigualdade social e a existência de milhares de famílias sem terra espalhados pelo Espírito Santo e em todo o Brasil. Por meio desse reconhecimento, se deu rosto, voz e bandeira de luta ao camponês pobre, expropriado de sua terra e entregue a sua própria sorte.

Também como espaço de socialização dos problemas e esperanças, com parece o trabalho da CPT<sup>23</sup>, agente eclesial fundamental no processo de organização, formação e animação dos trabalhadores rurais para a ação coletiva em defesa do que passaram a compreender como um direito à terra, para morar e trabalhar. Além de denunciar as injustiças e violência praticadas contra os trabalhadores do campo.

Em 1977 a CPT, inicia o trabalho de formação do movimento de oposição sindical nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, promovendo intenso debate e questionando as

---

<sup>23</sup> A CPT no Espírito Santo foi criada em 1976. Seus primeiros trabalhos foram na área sindical.

diretorias sindicais, tirando-as das mãos dos pelegos. Sobre as diretrizes da oposição sindical, Valadão (1999) escreve:

A negação de um sindicalismo feito por meio de expedientes burocráticos e administrativos e a afirmação de uma prática sindical vinculada às bases, promovendo a sua organização e mobilização, tornando públicas suas demandas e utilizando-se da greve como recurso de pressão para a conquista de interesses da categoria, foram diretrizes que deram o “tom” aos grupos de oposição sindical, interessados na retomada do sindicato enquanto instrumento de defesa do trabalhador (p.98).

De 1977 a 1983, fruto da efervescência do trabalho do movimento de oposições sindicais, foram conquistados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de: Colatina, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Linhares, Nova Venécia, Pancas e São Mateus. A partir do trabalho desses “*novos sindicatos*” foram realizadas mobilizações envolvendo os trabalhadores da cana-de-açúcar e eucalipto no Estado. As ações reivindicavam melhorias salariais e condições de trabalho.

De acordo com Souza e Pizetta (2005), entre 1983 a 1985, período considerado como o de gestação do MST/ES, caracteriza-se, fundamentalmente, pelo trabalho de conscientização desenvolvido pela CPT, pelos STR's e pelas CEB's, no sentido de motivar os trabalhadores a participarem e reivindicarem seus direitos, dentre eles o trabalho e a terra.

O primeiro grupo de Sem Terra fora constituído em 1983 com uma população de trabalhadores rurais desempregados residentes num bairro periférico denominado, à época, de favela Pé Sujo, hoje Bairro Vila Nova, localizado na cidade de São Mateus. O trabalho de acompanhamento a esse grupo era realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus e por padres ligados à pastoral social da igreja católica. Nesse mesmo ano, em diversos municípios da região norte, outros grupos de famílias de trabalhadores rurais foram sendo organizados pelos *novos sindicatos*. Nos municípios onde não havia sindicatos com diretoria autêntica, as mediações com os trabalhadores eram feitas pela CPT. O objetivo desses grupos era, através de negociações com o Governo do Estado<sup>24</sup>, assegurar a conquista da terra.

Esses novos sindicalistas começaram a participar de Congressos e Encontros Nacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, nesses eventos, entraram em contato com lideranças de Sem Terra, principalmente do sul do Brasil, buscando adquirir e intercambiar

---

<sup>24</sup> Gerson Camata (1983-86) do PMDB. Na composição do escalão do governo, nomeia para Secretaria de Agricultura (SEAG) técnicos comprometidos com as mudanças na estrutura agrária e na forma de condução da política agrícola.

experiências no tocante à forma de organização e de condução da luta pela terra. Localmente, os sindicalistas rurais optaram por privilegiar o diálogo e a negociação com o Estado, como estratégia para a condução da reivindicação por terra e reforma agrária, considerando a conjuntura favorável por ter um Governo de oposição apoiado por amplos setores da sociedade, com disposição para o diálogo. Sobre as estratégias adotadas, Souza e Pizetta (2005) destacam:

O processo era o seguinte: as entidades – CEB's, CPT e STRs – organizam os grupos de trabalhadores e encaminham abaixo-assinados, cobrando do Governo terra para morar e trabalhar. Acompanhavam os abaixo-assinados as audiências com os órgãos ligados a terra, inclusive com o próprio governador (p.77).

Como resultado das negociações com o Governo, durante o ano de 1984, foram criados apenas 03 assentamentos (Córrego de Areia, Córrego da Onça e São Roque), todos no município de Jaguaré, beneficiando 49 famílias. Essas poucas conquistas, já demonstravam claramente os primeiros sinais de esgotamento dessa via da negociação por terra e reforma agrária. Por outro lado, cresciam os grupos de sem terra nos municípios capixaba e, com estes, o descontentamento com suas lideranças no papel de mediadores da reivindicação perante a institucionalidade política.

No I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba/PR, em janeiro de 1985, a delegação capixaba contou com a participação de lideranças sindicais, de agentes de pastoral das CEB's, de integrantes da CPT e também de trabalhadores do norte do Espírito Santo. Nessa ocasião, elegeu-se a primeira Coordenação Nacional do MST. O Espírito Santo teve assento nessa instância com os sindicalistas José Rainha Júnior, do STR de Linhares, e Silvio Manoel dos Santos, do STR de São Mateus. Fora nesse evento que se definiu a ocupação como principal forma de luta e pressão para a conquista da terra e para o avanço da reforma agrária.

As lideranças que participaram do I Congresso Nacional do MST retornaram animados e dispostos a organizar o Movimento no Estado. Embora houvesse divergências entre os sindicalistas quanto às diretrizes do MST (ocupação) e à continuação da estratégia de luta adotado no Estado (a negociação), seguiu-se a incumbência de implantar o MST no Espírito Santo e suas estratégias de luta.

Em abril de 1985 aconteceu um importante encontro, reunindo diversas lideranças sindicais, pastorais e outras entidades, onde discutiram a situação da questão agrária no estado. Nesse evento, toma-se a decisão de criar o MST no Espírito Santo. As entidades reunidas formulam o primeiro documento público do MST no estado, com várias reivindicações direcionadas ao Governador, dentre elas: arrecadação das mais de 30.000

hectares de terras devolutas do Estado para criação de assentamentos; desapropriação dos 59.000 hectares de terra da Floresta Rio Doce S/A, empresa estatal subsidiária da Vale do Rio Doce; assistências às famílias assentadas, entre outras. Sobre esse importante momento, Souza e Pizetta (2005) enfatizam:

No Encontro decidiu-se pela articulação dos grupos de Sem Terra e pela implantação do MST, que passou a desenvolver o trabalho de base, na preparação de uma ação de massas para, de fato, implantar o Movimento Sem Terra, enquanto articulador e condutor da luta pela terra no Espírito Santo. Aqui, se marca a ruptura e a continuidade da articulação das lutas, agora com a tática de realizar primeiramente a ocupação, para depois ir para a negociação. Por um lado cria-se oficialmente o MST e por outro, continuam os trabalhos dos sindicatos e dos agentes de pastorais é claro, permeados por contradições que a própria luta foi solucionando (p.81).

Resultado da decisão política de implantar o MST no Estado, e de meses de trabalho de base mobilizando as famílias Sem Terra em vários municípios da região norte, no dia 27 de outubro de 1985, aproximadamente 300 famílias de trabalhadores rurais realizaram a primeira ocupação<sup>25</sup> de terra do MST no Espírito Santo. A ação ocorreu na fazenda Georgina, localizada no distrito de Nestor Gomes (km 41), interior do município de São Mateus.

A ação dos trabalhadores na luta por terra e reforma agrária afronta à ofensiva das forças conservadoras que mobilizam o poder judiciário e o Estado para proceder à reintegração de posse da fazenda. No terceiro dia da ocupação, um forte aparato policial obrigou os Sem Terra a desocupar a área, permanecendo-os acampados na beira da estrada, animados pelo mesmo ideal de conseguir terra e trabalho. O êxito dessa ocupação se expressou na conquista dos Assentamentos Vale da Vitória (39 famílias); Georgina (80 famílias); Pratinha (17 famílias) e Pontal do Jundiá (46 famílias), todos no município de São Mateus. A respeito da primeira ocupação do MST no ES, Valadão (1999) faz a seguinte análise:

Do ponto de vista do Movimento, essa ocupação foi decisiva para pôr em prática estratégias de ação mais ofensivas e de caráter massivo que mobilizassem os grupos de sem-terra no Estado. Politicamente, o Movimento conseguiu articular a seu favor o apoio de entidades diversas e dos sindicatos de trabalhadores rurais da região, fortalecendo laços de solidariedade na luta e unificando seus aliados em torno de um objetivo comum: a conquista da reforma agrária (p. 153).

---

<sup>25</sup> Neste capítulo destaco as principais ocupações do MST/ES, para ver a cronologia das ocupações de 1983 a 2005. Ver: A reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade! MST, Vitória (2005).

Como resultado das lutas desenvolvidas neste primeiro período, foram conquistados 08 assentamentos que beneficiaram diretamente 166 famílias assentadas.

O segundo período que se estende de 1986 a 1988, caracterizado pelo esgotamento da estratégia anterior e pela implantação do MST/ES (SOUZA e PIZETTA, 2005), foram realizadas novas ocupações, resultando na conquista de vários assentamentos. Paralelo às ações do Movimento, as forças repressivas dos fazendeiros da região também se articulavam, e a cada nova ocupação, ocorreram despejos, violência e atentados, na tentativa de impedir a mobilização dos trabalhadores. Em 1986, a União Democrática Ruralista (UDR)<sup>26</sup> é fundada no Espírito Santo, com firme determinação de fazer recuar a reivindicação por reforma agrária, por meio da contratação de pistoleiros para atuarem, juntamente com a PM, convenientes com o Poder Judiciário nas ações contra os sem terra.

O início do ano de 1988 foi marcado pela violência impetrada pela UDR, quando, em 05 de fevereiro, Francisco Domingos Ramos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Pancas, foi assassinado. Apesar do clima de tensão e sofrimento, os trabalhadores seguiram organizando-se e denunciando à sociedade a violência crescente no campo, e voltando suas ações para a organicidade interna do MST no estado. Nesse segundo período, foram conquistados 12 novas áreas para o assentamento de 476 famílias no Estado do Espírito Santo.

O terceiro período compreendido entre 1989 a 1991: O imprevisto: conflitos, repressão e refluxo (SOUZA e PIZETTA, 2005). Na madrugada de 03 de junho de 1989, o MST, ao realizar, com aproximadamente 100 famílias, sua quinta ocupação de terra, na fazenda Ipuera, no município de Pinheiros, foi surpreendido por policiais que impedem a ocupação, prendendo as lideranças, interrogando-as, reprimindo-as e torturando-as. Os trabalhadores só foram liberados no final do dia seguinte, mediante a ação de um advogado e de representantes da sociedade civil.

Porém, um grupo de aproximadamente 50 famílias havia chegado à fazenda Ipuera e ficaram aguardando o restante das famílias. Na madrugada do dia 05 de junho, o proprietário da fazenda, um P2<sup>27</sup>, e meia dúzia de pistoleiros, dirigiram-se à fazenda. Houve então uma troca de tiros que resultou em ferimentos de vários trabalhadores e vitimou o fazendeiro o Sr. José Machado e o Sr. Sérgio Narciso (que era o P2). Sobre esse acontecimento, Souza e Pizetta (2005) escrevem:

---

<sup>26</sup> A UDR foi fundada como uma organização regional em 1985, na cidade de Presidente Prudente em São Paulo. No ano seguinte, em Goiânia foi fundada a UDR Nacional, sediada em Brasília, como resultado de uma significativa mobilização dos grandes proprietários rurais do Brasil.

<sup>27</sup> Serviço reservado (secreto) da polícia militar (PM).



Esse episódio inesperado e não previsto pelo MST teve consequências dramáticas no conjunto da luta e da organização. A onda de repressão foi assustadora. Dezenas de trabalhadores foram presos arbitrariamente e torturados. Várias lideranças foram ameaçadas e obrigadas a deixar a região e o Estado (p.95).

Continuando acrescentam:

Merece destaque a visão dos Bispos da Arquidiocese de Vitória, que situavam o conflito de Pedro Canário num contexto mais amplo, apontando as causas diretas para a brutal concentração da terra e denunciando a ineficiência na implantação da Reforma Agrária por parte dos órgãos governamentais (p.96).

Os membros da UDR, não deixaram barato o ocorrido por ocasião da ocupação e os meses seguintes ao conflito em Pedro Canário seguiram marcados pela violência, a despeito de qualquer institucionalidade. Como afirma Valadão (1999).

[...] Pessoas vinculadas às forças sociais e políticas apontadas pela UDR como “promotoras da intranquilidade no campo e incitadoras de invasões” a (igreja, a CUT e o PT) passaram a ser perseguidas e ameaçadas de morte. Essas ameaças se cumpriram e pareciam obedecer a uma sequencias premonitória de uma morte por mês (p.176).

Em julho, Paulo Damião Tristão, de apelido “Purinha”, tesoureiro do PT em Linhares, foi assassinado. Um mês depois, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Montanha, Verino Sossai, também foi assassinado. Em setembro, foi emboscado e morto Valdício Barbosa dos Santos, membro da igreja católica e animador da comunidade eclesial de Pedro Canário. Outras lideranças do MST, CPT e sindicatos rurais foram ameaçados de morte e, para garantir suas vidas, foram afastados da região.

A crescente onda de violência no campo mobilizou a sociedade civil organizada e, através do Movimento de Direitos Humanos, se começou a fazer denúncias nos mais diversos espaços acerca das arbitrariedades instauradas no campo capixaba. Nesse período, o MST enfrentou momentos de enormes dificuldades, marcados por problemas de relacionamento com setores da igreja e com alguns sindicalistas, entre outros. Nesse mesmo período, o movimento começa a estreitar relações com a CUT e com setores do PT. terceiro período, o MST conquistou 08 assentamentos, e 172 famílias foram assentadas.

O quarto período compreende de 1992 a 1994: Resistindo à violência: Novos aliados, novas lutas, caracterizou-se pela persistência e coragem de homens e mulheres que souberam extrair lições e ensinamentos do período anterior e compreenderam a necessidade de continuar a luta(SOUZA e PIZETTA,2005). A primeira ocupação de grande porte, realizada pelo MST após o conflito de 1989, aconteceu em agosto de 1992, com mais

de 250 famílias, no município de Conceição da Barra. Dias depois, todas as famílias foram despejadas. Sobre a retomada das ações do MST, Souza e Pizzeta (2005) fazem a seguinte análise:

Essa ocupação marcou uma nova fase na articulação com outros setores da sociedade principalmente sindicais, fundamentalmente a CUT e parlamentares do PT, além de outros partidos e pastorais, na capital do Estado, que possibilitaram maior suporte e defesa do MST e de sua luta (p. 106).

A articulação com novos aliados, principalmente na capital, trouxe para o centro urbano o debate da reforma agrária. Nessa perspectiva, nasceu o Fórum Campo-Cidade, com representantes de diversas entidades, movimentos, pastorais e sindicatos do meio urbano, espaço privilegiado para troca de experiências e debate das alternativas para o fortalecimento das questões do campo e da cidade. Marcou o início desse movimento a realização do Seminário: *Reforma Agrária, Reforma Urbana: o desafio da integração*, realizado em junho de 1993.

A violência e a truculência da polícia continuaram ocorrendo no campo. Quando o MST, juntamente com fórum Campo-Cidade realizou, em fevereiro de 1994, uma ocupação com 300 famílias, na cidade de Pinheiros, a PM cercou o acampamento impedindo a entrada e saída das pessoas, insultando, prendendo, ameaçando, e amedrontando as famílias. Mesmo assim, as famílias permaneceram firmes no acampamento e a forte articulação com a sociedade, por intermédio do fórum, impediu que um massacre acontecesse. O reflexo no descenso desse duro período da luta pela terra no Estado se expressa na desapropriação de apenas uma área, onde foram assentadas 07 famílias.

O quinto período compreende de 1995 a 2002: A solidificação e Expansão do MST (SOUZA e PIZETTA, 2005), Com as expectativas renovadas a partir das alianças com diversos setores da sociedade, a luta pela terra se intensifica no Estado. Ainda que em cada nova ocupação a polícia promovesse os despejos usando de violência. Dentre as ações desenvolvido pelo MST nesse período do MST, além das ocupações de terra, e órgão público(INCRA),organiza grandes marchas saindo de diversos municípios até a capital, com o objetivo o dialogar com a sociedade sobre os problemas do campo e a necessidade da reforma agrária.

Ao passo que foram sendo desapropriadas novas áreas, mais famílias se motivavam a entrar no MST, e este, com o trabalho de base nas comunidades e periferias das cidades, conseguia mobilizar cada vez mais famílias a cada ação. A desapropriação da fazenda Santa Rita no município de Bom Jesus do Norte marca a consolidação do Movimento na região sul do Estado, concretizando um antigo propósito do MST.

O crescimento da capacidade de mobilização do Movimento reflete-se com o aumento do número de ocupações e de famílias participantes, haja vista o número de famílias que conquistaram terra nesse período em relação aos demais, resultando na solidificação do MST no Estado e na sua expansão territorial em todas as regiões. Entre 1995 a 2002 foram conquistados 22 novos assentamentos, beneficiando 1.440 famílias.

2003 a 2015: A expectativa frustrada: A Reforma Agrária no Governo do PT. As camadas populares e os movimentos sociais ao elegerem candidatos representantes dos trabalhadores para a Presidência da República, tinham a expectativa e esperança de que estes implantassem uma política voltada aos interesses populares, marcando posição em favor dos deserdados da terra e da classe trabalhadora. Sobre esse período, Souza e Pizetta (2005), analisam:

Na verdade, trata-se da continuidade da política do governo anterior (FHC) com pequenas alterações de ordem social e assistência aos pobres do campo e da cidade, mas que no fundo, não enfrenta os graves problemas do povo brasileiro, dentre eles a questão do trabalho, da terra e da moradia, além dos problemas relacionados à questão da saúde e da educação, entre outros (p.132).

Ao contrário do que os movimentos sociais esperavam do PT ao longo dos mandatos de Lula e Dilma, ambos, assumiram um governo de composição numa íntima relação com tendências de esquerda e direita. Ao mesmo tempo em que abandonaram os princípios do conteúdo do programa popular do partido e assumiram a continuação da política neoliberal em curso no país desde a década de 90. Diante desse cenário, o modelo de reforma agrária clássica não causa mais eco, a distribuição de terras via as desapropriações já fora superada. Mas ao invés de conformar-se com isto, o MST tentou abrir um novo paradigma de referência oposta ao PT que seria buscar a sociedade não para conciliar, mas para ampliar o conflito e, junto com a distribuição de terra pela força popular, avançar em outras conquistas (BOGO, 2011, p 2).

Já se foram três décadas de existência do MST no Espírito Santo, as lutas e resistência resultaram na conquista de 63 assentamentos<sup>28</sup>, beneficiando diretamente mais de 2.760 famílias, presente em 26 municípios capixaba. A criação de assentamentos de reforma agrária representa o esforço coletivo de famílias que se articulam e lutam para a conquista da terra e de melhores condições de vida. A terra representa a base essencial para outras conquistas. As famílias assentadas (re)constroem sua identidade camponesa através do trabalho familiar e da organização social.

---

<sup>28</sup> Anexo relação dos assentamentos rurais no Espírito Santo coordenados pelo MST.

## **As experiências e o debate da organicidade no MST: um processo em construção**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Espírito Santo, em sua trajetória de desenvolvimento histórico ao longo de três décadas de sua existência, buscou combinar os aspectos da mobilização de massas, da formação da consciência e da organização da base social, objetivando fortalecer a luta pela terra e os objetivos estratégicos da luta de classe.

A estrutura organizativa do MST compreende a constituição de um “corpo orgânico” (PIZETTA, 1999) onde toda a base e instâncias estão inseridas dentro do conjunto do movimento. Essa pedagogia de sociabilidade deve ir de encontro à “libertação dos oprimidos” (FREIRE, 1987), na continuidade acrescenta:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (p.52).

Sob essa perspectiva, Pizetta (1999) escreve:

No caso específico do MST, os setores, núcleos, instâncias, comissões, estruturas de produção, etc. constituem o corpo físico do Movimento. O corpo orgânico se estabelece quando os planos de ação dos diferentes setores se articulam, dentro da estratégia geral do Movimento. Dessa forma, a instância que não representa a base faz parte apenas do corpo físico e se transforma em peso morto (sem vida) para a organização. É de fundamental importância a sintonia entre os setores e as instâncias para que os planos de ação estejam intimamente ligados, uns aos outros, e para que sejam alcançadas as metas e objetivos do conjunto do Movimento. Essa organicidade garante a unidade político-ideológica, na esfera teórica e nas lutas concretas (p.142).

No aspecto da formação, em dezembro de 1987, o MST fundou o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP) do Espírito Santo, uma associação sem fins lucrativos, com objetivo de negociar projetos para os assentamentos e de servir como entidade jurídica para representar legalmente o MST. Iniciou-se, também, a construção de um prédio no Km 44 da Rodovia São Mateus. Em 1997, o Centro (estrutura física) fora renomeado homenageando a educadora e militante social Maria Olinda. O Centro de Formação Maria Olinda sediou grandes e importantes eventos

ligados principalmente à área da formação política e ideológica, e ainda curso em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/INCRA/PRONERA Curso de Habilitação em Magistério, Pedagogia da Terra, Curso Técnico em Agropecuária com Qualificação em Agroecologia e meio Ambiente, entre outros.

O processo de organicidade do MST/ES inicia já com a constituição dos primeiros acampamentos de sem terra. Nesse momento, as famílias são convidadas a dividir a responsabilidade para garantir o bom funcionamento do acampamento. Conforme descreve Valadão (1999) acerca dessa organização inicial.

Diversas comissões e equipes de serviços são formadas, com atribuições específicas: comissão de segurança, de alimentação, saúde, imprensa, de celebração, de montagem de barracas, entre outras. Um membro de cada uma dessas comissões e equipes é indicado para compor a comissão central dos acampados, com a tarefa de fazer a coordenação das diversas atividades internas do acampamento e dar encaminhamentos necessários à negociação com o governo, visando a garantir a permanência das famílias na terra ocupada.

À medida que foram sendo criados os assentamentos, a metodologia de organicidade foi sendo ampliada. Em cada assentamento e acampamento constituía-se uma Coordenação Geral composta por representantes das comissões e equipes. Nessa fase, as demandas sobre as formas da organização da educação, da formação política e da organização da base, passam a ser o tema central dos debates no MST. Quem conduzia os debates era a Executiva Estadual do MST, instância formada por lideranças de assentamentos com a tarefa de dirigir o MST no Estado do Espírito Santo.

Na área da *Educação*, o MST/ES se destacou com pioneirismo nos debates e formulação da proposta pedagógica de educação para as escolas de assentamentos rurais e por ter conquistado a primeira escola em assentamento no estado capixaba. Não obstante, o I Seminário de Educação em Assentamentos, realizado em São Mateus em 1987, marcou a consolidação da proposta pedagógica que orienta as escolas de assentamentos do MST em todo o Brasil e ainda a constituição do Coletivo Nacional de Educação do MST.

No tocante a produção nas áreas de assentamentos, os debates se davam em torno da preocupação com o desenvolvimento econômico das áreas conquistadas. Com a criação dos primeiros assentamentos, iniciam-se os debates sobre a concepção de cooperação agrícola e as primeiras experiências de grupos coletivos de produção. A partir dos avanços e dificuldades que foram se apresentando nesses grupos, as famílias foram sentindo a necessidade de uma articulação entre os assentamentos, na perspectiva da socialização das experiências e dificuldades comuns.

Nesse sentido, o MST/ES realiza, em março de 1986, o I Encontro Estadual dos Assentados no Espírito Santo, onde participaram representantes de 13 assentamentos criados até esse Encontro. Nesse evento, se definiu a criação de Associações de Cooperação Agrícola (ACA) nos assentamentos, e o fortalecimento dos grupos de trabalho cooperados. Também nesse ano, constituiu-se a I Comissão Estadual dos Assentados, com a tarefa de contribuir na articulação dos assentamentos; traçar linhas de organização econômica, social e política para os assentamentos, capacitação e a promoção de intercâmbio das experiências de cooperação agrícola. (VALADÃO, 1999). A Comissão Estadual dos Assentados, períodos depois, vai se conformar no Setor de Produção do MST.

Outras edições do Encontro Estadual dos Assentados seguiram sendo realizadas, objetivando sempre a promoção do debate sobre os problemas e desafios inerentes ao desenvolvimento dos assentamentos. Em 1991, ocorreu a fundação de três Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), consolidando a implementação do Sistema Cooperativista dos Assentados no Espírito Santo – SCA. A partir da constituição das CPA's, ACA e dos Grupos Coletivos existentes nos assentamentos, em 31 de maio de 1991, é fundada a Cooperativa Central dos Assentados do Espírito Santo (CCA-ES)<sup>29</sup>.

Durante o ano de 1994, o MST, em nível nacional, desenvolveu diversas discussões sobre qual deveria ser a melhor forma de organizar a base e a militância do MST. A avaliação daquele período indicava que uma parcela significativa das famílias assentadas não estavam inseridas no Sistema Cooperativista dos Assentados, haja vista a opção pelo trabalho de forma individual.

A tarefa desse período era estruturar a base visando ampliar a participação popular, criando espaços de participação das famílias, especialmente as consideradas “individual”, a fim de que todas se envolvessem nas atividades nos assentamentos e acampamentos; envolvendo o maior número de pessoas nos diversos setores em cada em nível regional e estadual; qualificação das direções e coordenações estaduais possibilitando a atuação de mais militantes, distribuindo mais as tarefas para o melhor desempenho das funções coletivas, e atuação o com mais abrangência e democracia interna (MST, 1994, p.6).

A proposta compreendia organizar as instâncias de base: Grupos de base (entre 10 a 15 famílias), núcleos por setores do Movimento; direções dos assentamentos. O desafio estava em qualificar a organicidade já existente e compondo a partir das orientações nacional, sem desconsiderar as especificidades da realidade dos Estados. Segundo Pizetta (1999) a organicidade do MST/ES constituiu as seguintes instâncias:

---

<sup>29</sup> Com a fundação das CPA's e CCAs nos Estados (SC, PR, RS, ES, BA, CE e PE), funda-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), com sede em São Paulo.

### **a) Em relação à base**

A estrutura organizativa dessa base se dá através dos Grupos de Base, constituídos por proximidade de moradia. Cada Núcleo é composto de nove a quinze famílias, possuindo um coordenador, um vice-coordenador, um secretário e um tesoureiro. As demais funções decorrem das demandas e tarefas que os núcleos, os setores e o conjunto do Movimento apresentam. A norma é que cada assentado ou acampado faça parte de um Núcleo, como forma de pertencer ao Movimento e continuar se mobilizando. A participação dos indivíduos em uma estrutura social possibilita o desenvolvimento de sua consciência social, a conquista da cidadania e o fortalecimento da organização política.

### **b) Instâncias do MST Regional**

MST/ES articula-se mediante as seguintes regionais: São Mateus, Pedro Canário, Nova Venécia, Pinheiro, Linhares e Sul do Estado. Cada Regional possui uma estrutura organizativa composta pelas seguintes instâncias:

#### **Encontro Regional**

É realizado todos os anos e reúne as lideranças e representantes dos assentamentos/acampamentos e dos setores que estão no espaço geográfico da Regional. É um momento de avaliações, estudos, análises e planejamentos das principais atividades que o MST desenvolve na região. Tem a função de eleger a Direção Regional, os representantes da Regional na Coordenação Estadual, e de indicar nomes para a composição da Direção Estadual.

#### **Coordenação Regional**

É constituída pelos coordenadores (representantes) dos Núcleos de Base. Sua principal função é coordenar o MST na região e encaminhar as tarefas e atividades programadas pelo conjunto da organização. Dessa forma, o número de membros da Coordenação depende do número de Núcleos de Base organizados na Regional.

#### **Direção Regional**

É eleita nos Encontros Regionais e formada de cinco a sete membros, dependendo do tamanho da Regional. É responsável pela direção do MST na região e prima pela implementação da organicidade do Movimento. Dentre seus membros, são escolhidos militantes para integrarem a Coordenação Estadual do MST.

## **Setores Regionais**

Os coletivos dos setores devem ser articulados em cada região, de maneira a fortalecer os setores estaduais e de garantir a implementação das atividades na região (nos assentamentos e acampamentos). Além dessas instâncias, está em fase de estruturação em cada Regional uma secretaria (sede), que funcionará como ponto de referência para a base, para contatos e para a articulação com demais entidades e organizações na região. Em algumas Regionais, estruturam-se também Cooperativas de Produção, de Comercialização e de Prestação de Serviços, que ultrapassam os limites de um assentamento e adquirem amplitude regional.

### **c) Instâncias do MST Estadual**

Em nível estadual, o MST adota as mesmas instâncias e setores:

#### **Encontro Estadual**

Reúnem delegados escolhidos nos Encontros regionais. É realizado todos os anos para estudos, avaliações e definições das linhas políticas e das grandes metas para o ano seguinte. De dois em dois anos, o Encontro elege a Direção Estadual do MST.

#### **Coordenação Estadual**

É eleita nos Encontros Regionais, com a seguinte proporção: São Mateus, Pedro Canário e Nova Venécia: quatro membros cada; Pinheiro, cinco membros; Linhares, dois membros; Sul do Estado, três membros. Ainda integram a coordenação dois representantes de cada setor do Movimento e os membros da Direção Estadual. Dessa forma, a representatividade das Regionais e dos setores na Coordenação Estadual do Movimento é contemplada com um total de 47 membros (22 das Regionais, doze representativos dos setores e treze da Direção Estadual).

#### **Direção Estadual**

É composta de treze membros cujos nomes são indicados nos Encontros Regionais. Os candidatos são eleitos em votação secreta pelos delegados do Encontro Estadual. A Direção reúne-se de 45 em 45 dias e adota uma divisão de tarefas e responsabilidades. Alguns de seus membros acompanham mais especificamente as Regionais, e os demais, os setores e atividades gerais do MST. Para todas as instâncias, o mandato é de dois anos, podendo os representantes serem reeleitos quantas vezes forem necessárias.



## Setores<sup>30</sup>

São coletivos de militantes que buscam uma qualificação maior nas diferentes áreas. É um meio eficiente para capacitação, distribuição de tarefas, responsabilidades e poderes e envolve maior número de pessoas. Através do plano de atividades, que é aprovado pelo conjunto da organização, dão vida ao Movimento. O processo eleitoral é amplamente debatido. A participação da base e a militância são efetivas em todas as instâncias, garantindo assim a democracia de fato.

A partir de 2005 quando da reestruturação do *novo modelo* de organicidade, o MST/ES altera a conformação anterior da sua estrutura organizativa basicamente nas brigadas, alterando a denominação de Regional para Brigada, nomeando-as homenageando lutas e lutadores/as populares. Assim, seguem: Regional São Mateus: Brigada Quilombo dos Palmares; Regional Pedro Canário: Brigada Valdicio Barbosa dos Santos; Regional Nova Venécia: Brigada Francisco Domingos Ramos e Brigada Irmã Dorothy; Regional Linhares: Brigada Índio Galdino<sup>31</sup> e Regional Sul: Brigada José Marcos de Araújo, além de alguns setores que foram sendo estruturados com as orientações a partir da nova organicidade.

A organicidade é uma ferramenta com acúmulos e limites, portanto, ainda que na conformação da nova estrutura organizativa, o MST/ES tenha conseguido e, com sucesso, reestruturar desde a base até as instâncias em nível regional e estadual, nos últimos períodos sua estrutura organizativa tem apresentando enormes fragilidades, principalmente na diminuição da participação da base nas diversas atividades, bem como na composição das instâncias da organização. A análise desse momento difícil e complexo se dá também pela alteração no contexto atual da luta de classes. Bogo (2011) analisando as circunstâncias das fragilidades na nova organicidade, afirma:

Acontece que a mudança na referência das ideias não alcançou a qualidade orgânica em discussão desde o ano 2000 e entramos teoricamente em um novo paradigma, mas em termos de comportamento, prático e metodológico permanecemos fazendo as mesmas coisas que fazíamos no paradigma anterior. [...]É necessário colocar em primeiro plano aquilo que o novo

---

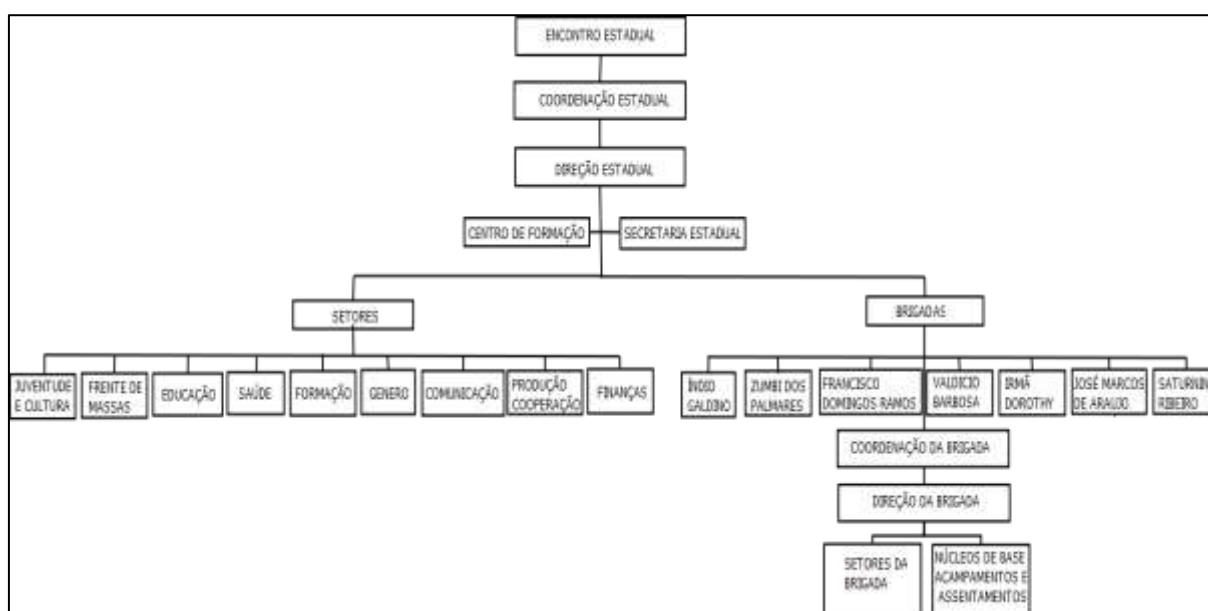
<sup>30</sup> No MST/ES, funcionam os seguintes setores: **Frente de Massa** - responsável pela organização dos grupos de Sem-Terra e pelas mobilizações de massa, entre elas as ocupações; **Produção** - responsável pela organização interna dos assentamentos, do Sistema Cooperativista dos Assentados e da organização da produção; **Educação** - responsável pela formação de professores e pelo acompanhamento político pedagógico das escolas dos assentamentos; **Formação** - responsável pela organização de cursos e atividades, tendo em vista a formação de lideranças e de militantes para os diferentes setores e para a organização como um todo; **Comunicação** - responsável pela divulgação, pelo jornal, pelos programas de rádio, etc; **Finanças e Projetos** - responsável pela administração e pela captação de recursos para o conjunto da organização.

<sup>31</sup> O Assentamento Vale da Esperança está contido no conjunto de assentamentos que compõe a Brigada Índio Galdino.

paradigma exige: organização popular, organicidade interna, formas de luta renovadas, identificação dos inimigos e formação da consciência, paralelamente agarrar os principais desafios que obstaculizam o avanço no melhoramento das condições de vida de nossa base(p.3).

O desafio da organicidade no MST está posta a sua base, militantes e dirigentes que devem perceber seu papel histórico de criar caminhos novos, para que a reação seja das massas para a massa. Pois como afirma o grande pedagogo FREIRE(1987) “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade, [...] transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”(p.20).

**FIGURA 2** Organograma da estrutura organizativa do MST/ES



Fonte:Org.: A pesquisadora, 2015.

### CAPITULO III: A ORGANICIDADE NO ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA: UMA CONQUISTA DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA DOS SEM TERRA

A efetivação da reforma agrária no Brasil objetiva a desconcentração e democratização da propriedade da terra, distribuindo-a aos que a quiserem fazer produzir alimentos para o combate à fome e à miséria, bem como a geração de emprego e renda. A arrecadação e desapropriação de grandes extensões de terra (latifúndio) enquanto ação do estado oportuniza o acesso à terra aos camponeses sem terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra exerce grande pressão social, necessária para dar visibilidade à luta pela terra, a fim de garantir a efetivação dessa política pública, sendo a ocupação de propriedades consideradas improdutivas sua principal manifestação.

As diversas organizações que se utilizam dessa estratégia de luta estão amparadas na Constituição Federal no Art. 186 que trata da função social da terra, que deve ser cumprida quando não atender às dimensões ambientais, trabalhistas e produtivas. Se um estabelecimento agropecuário ou imóvel rural for produtivo, mas não esteja de acordo com os aspectos ambientais e/ou trabalhista, está susceptível à desapropriação para fins de reforma agrária. Mas a lei, por si só, não viabiliza a democratização da terra, sem que, para isso, haja políticas públicas e luta para o cumprimento da própria lei (LIMA, 2011, p.92).

Ao adentrar no registo histórico do processo da luta da constituição do assentamento Vale da Esperança, faz-se necessário retomar a metodologia utilizada na pesquisa, a fim de que o leitor compreenda a exposição das falas dos entrevistados que vai permear todo o terceiro capítulo. No processo metodológico realizou-se pesquisa de campo a partir de entrevistas semiestruturadas<sup>32</sup> com um grupo de famílias do assentamento Vale da Esperança. A escolha dos/as entrevistados/as ocorreu após a estratificação das famílias residentes a partir das formas de inserção no assentamento.

A estratificação por modalidade de inserção, quantitativo de famílias e percentual de cada grupo, foi realizada considerando a totalidade das 58 famílias que residem atualmente no assentamento, e acompanhou as seguintes variáveis, pertencentes à literatura e à realidade do movimento: **Meeiros:** compreendem as 06 famílias e representam 10,17%. São os agricultores que trabalhavam na fazenda antes desta ser desapropriada. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção.

---

<sup>32</sup> O tópico das entrevistas encontra-se em anexos neste trabalho.

Quando da desapropriação da fazenda, essas famílias foram contempladas no projeto de reforma agrária, na condição de assentados; **Ocupantes:** somam 18 famílias e correspondem a 30,50%. São as famílias que participaram desde o início do processo da ocupação e do acampamento; **Agregadas:** são 21 famílias e representam 35,60%. São os parentes acolhidos por famílias assentadas e/ou filhos/as que se casaram e permanecem morando no assentamento; **Pessoas que efetuaram compra ou troca de lotes:** totalizam 14 famílias e correspondem a 23,73%. São as famílias que adquiriram os lotes no assentamento por meio de troca ou compra. A partir da estratificação, definiu-se um percentual entre duas ou três famílias por extratos para serem entrevistadas<sup>33</sup>, perfazendo 11 entrevistados/as definidos por ordem de sorteio.

## **Elementos sócio-econômicos e culturais do município de Santa Teresa**

O município de Santa Teresa localiza-se na Microrregião Central Serrana do Estado do Espírito Santo, possui área territorial de 683,157 km<sup>2</sup>, população de 21.823 habitantes<sup>34</sup> e distante 78 km da capital Vitória. O município faz limite geográfico com os municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã, Fundão, Ibraçu, João Neiva, Itarana e Itaguaçu. Está subdividido em seis distritos: Santa Teresa (Sede), Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis, Vinte e Cinco de Julho e Alto Caldeirão. Quanto à formação étnica, a maior parte de seus habitantes é de descendência italiana ou alemã. A cidade encontra-se a uma altitude de 675m, compõe o Bioma Mata Atlântica e a temperatura média anual é de 16 °C.

O citado município, cercado pelas montanhas, é um importante destino turístico do ES, especialmente por suas características ambientais. Cerca de 40% de seu território é coberto por Mata Atlântica preservada, que se destaca por ter uma das mais exuberantes biodiversidades, clima agradável e gastronomia diferenciada. Santa Teresa é também conhecida como a terra dos Colibris, das orquídeas e de Augusto Ruschi<sup>35</sup>, Patrono da Ecologia no Brasil. O Museu de Biologia Professor Mela Leitão<sup>36</sup> (MBML), hoje vinculado ao

---

<sup>33</sup> Os verdadeiros nomes dos entrevistados foram mantidos, com o consentimento dos mesmos resguardados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

<sup>34</sup> Censo IBGE 2010 – Disponível em: <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. acesso em: 19 ago. 2015.

<sup>35</sup> 1915-1986 nasceu na cidade de Santa Teresa-ES, sendo agrônomo, ecologista e naturalista. O interesse pelo estudo de plantas e animais, desde a infância, permitiu que conhecesse a fundo diversos ramos da biologia, tornando-se respeitado especialista em beija-flores e orquídeas do Brasil. Foi professor Titular da UFRJ e pesquisador do Museu Nacional.

<sup>36</sup> Disponível em: <[www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)>. Acessado em 25 ago. 2015.

Instituto Brasileiro de Mata Atlântica foi fundado em 26 de junho de 1949 pelo naturalista capixaba Augusto Ruschi, tem como principal objetivo colecionar espécies de plantas e animais com fins científicos. Realiza ainda pesquisa biológica, especialmente acerca da fauna e da flora, além de atividades de educação ambiental e visa à preservação da memória do seu criador.

Santa Teresa é considerada o berço da colonização italiana no Brasil. A imigração, ocorrida no século XIX da Europa para o Espírito Santo é resultante do interesse por parte da região de origem do fluxo, desejosa de se libertar do excesso de mão-de-obra, da região de destino, onde o afluxo de população constituía um investimento valioso para os grandes empreendimentos agrícolas em decorrência da carência de mão de obra motivadas pelas medidas abolicionistas e, ainda, pela baixa densidade populacional e vastas extensões de terra inexploradas, assim como dos próprios imigrantes, para os quais a mudança representava a possibilidade de concretização do sonho de serem senhores de suas próprias terras (GASPARINI, 2008).

Os registros do fluxo imigratório para o ES ocorreram a partir de 1874 com a chegada de suíços, alemães, holandeses, dentre outros, estabelecendo núcleos coloniais em Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, onde se concentravam as terras altas e frias. Segundo Gasparini (2008), os primeiros imigrantes italianos aportam no Espírito Santo em fevereiro de 1874 nos principais seus portos: Vitória, Benevente (Anchieta), São Mateus, Itapemirim e Piuma. A partir de 1876, começam a chegar às famílias camponesas vindas do Norte da Itália para colonizar o núcleo Timbuí,/ES, aonde vão se dedicar à agricultura, com a produção de café e cereais. Em 1891, Timbuí passa ao então município de Santa Teresa, sendo este considerado a primeira cidade de colonização italiana do Brasil. Em 2011 recebeu o título de Capital Estadual da Imigração Italiana<sup>37</sup>.

Uma das características marcantes da cultura italiana trazida para o Brasil é a religiosidade, como se percebe pelas diversas capelas construídas nas comunidades, os oratórios nas propriedades e a igreja matriz na cidade. As missas e procissões tornavam-se momentos de proteção religiosa e encontro de confraternização entre as famílias imigrantes. Outra marca da cultura está na reprodução da arquitetura que lembra suas terras de origem. Na tentativa de manter sua identidade cultural deixaram marcas no território que são testemunhas da imigração no município. A igreja ocupa lugar de destaque, as ruas estreitas e os casarões de dois andares próximos uns dos outros, em alguns casos com pequenas varandas, completam a paisagem (Gasparini, 2008).

---

<sup>37</sup> A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo confere ao município de Santa Teresa, por meio do Projeto de Lei nº 296/2011, o título de Capital Estadual da Imigração Italiana.

Outros traços da cultura do município são as tradições Italianas. Dentre as manifestações destacam-se: o festival anual de Jazz e Blues<sup>38</sup>, a festa da uva; e a *carreteladel* vinho, que ocorre na comemoração do dia do Imigrante Italiano de Santa Teresa, com desfile cultural que reúne milhares de seguidores pelas ruas da cidade. Durante o cortejo distribui-se vinho e comidas típicas aos participantes. As tradições culturais também são preservadas na culinária típica com os sabores da polenta, do *agnoline*<sup>39</sup> e outras massas, além da produção dos vinhos artesanais. Estes produtos podem ser apreciados nas cantinas e restaurantes da cidade e durante as festas típicas.

Ao se pesquisar os aspectos históricos da cidade de Santa Teresa, são perceptíveis os esforços por parte dos descendentes de imigrantes em preservar a identidade através da valorização das tradições da Itália no município. Os elementos identitários foram sendo reconstruídos nas diversas formas de existência dos estrangeiros no Brasil. Após ter passado pela violação da garantia das condições materiais de existência, não obstante o sofrimento dessa ruptura, a necessidade de desbravar terra alheia, constituiu nesses sujeitos um forte sentimento de pertencimento a um novo espaço territorial caracterizando-se um pedaço da Itália no Brasil.

A tabela 1 apresenta a distribuição da população residente no município de Santa Teresa em 2010.

**TABELA 1** - Distribuição da população residente em Santa Teresa no ano de 2010.

POPULAÇÃO	HABITANTES	%
<b>URBANA</b>	<b>11.768</b>	<b>53,93</b>
Homens	5.687	
Mulheres	6.081	
<b>RURAL</b>	<b>10.055</b>	<b>46,07</b>
Homens	5.228	
Mulheres	4.827	
<b>TOTAL</b>	<b>21.823</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo IBGE 2010

Observa-se na tabela 1 que em 2010 46,07% dos moradores encontrava-se na cidade e 53,93% permanecia no campo, existindo grande diferença na comparação com o percentual da população rural do Estado do ES para o mesmo período que é de 16,60% de habitantes no campo.

<sup>38</sup> Por meio da Lei nº 116/2012. Tornou-se a Capital Estadual do Jazz e do Blues.

<sup>39</sup> Massa em formato de chapéu, preparada geralmente como sopa.

Contribuíram para esse quadro a origem dos habitantes na formação do município, especialmente dos camponeses imigrantes e a forma de distribuição e uso da propriedade, conforme demonstra a tabela 2 que retrata a estratificação fundiária do município, apurada no ano de 2013.

**TABELA 2** – Estratificação fundiária de Santa Teresa no ano de 2013.

<b>Distribuição</b>	<b>Nº de Propriedades</b>	<b>%</b>
Minifúndio. (inferior a 01 módulo fiscal*)	1.618	56,00
Pequena propriedade (entre 01 a 04 módulos fiscais*)	1.101	38,10
Média propriedade (de 04 a 15 módulos fiscais*)	166	5,76
Grande propriedade. (superior a 15 módulos*)	04	0.14
<b>TOTAL</b>	<b>2.889</b>	<b>100</b>

Fonte: INCRA /2013.

\*instrução Normativa nº 11 de 04 de abril de 2003.

A organização da propriedade da terra no município está estruturada com maior concentração pelo minifúndio, que corresponde a 56% e a pequena propriedade com 38,1%. Esses dados reforçam a permanência dos traços culturais dos imigrantes de origem camponesa que continuam na atividade laborativa na terra em regime familiar. Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração principalmente o tipo de exploração predominante, a renda proveniente dessa exploração e o conceito de propriedade familiar. Entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais de 04 módulos fiscais. No município de Santa Teresa, um módulo fiscal corresponde a 18 hectares.

Na organização fundiária do município; encontram-se atualmente 14 Projetos de Assentamentos Rurais, sendo 13 oriundos do Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>40</sup> e um assentamento instalado pelo INCRA (Vale da Esperança), totalizando 73 famílias beneficiárias do programa de Reforma Agrária.

Segundo dados do escritório local do INCAPER de Santa Teresa (2015) 50% da área do município é destinada à agricultura, sendo 38% com atividades agropecuárias e 12% com florestas econômicas, principalmente eucalipto e a seringueira; 38% é ocupado por matas nativas e capoeira em regeneração; 8% representam terras inaproveitáveis

<sup>40</sup> Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que desenvolve o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferecendo condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Mais informações: <www.mda.gov.br>.

(afloramento de rochas) e 4% destinado a outros usos, tais como: área urbana, estradas, rios, construções, etc.).

A base econômica do município se desenvolve a partir da agricultura, envolvendo: cereais, verduras, fruticultura, com destaque para uva e produção de vinho, café, pimenta do reino, flores, bovinocultura, piscicultura, ovinocultura, suinocultura, entre outro; indústria: cerâmica, aguardente, esquadrias, derivados do leite, serrarias, fabricação de embalagens hortícolas e móveis; turismo, comércio e serviços.

## **A história da luta pela terra: da mobilização ao assentamento**

Os acampamentos de Sem Terra se constituem em espaços de luta e resistência da ação coletiva dos trabalhadores. O processo de mobilização das famílias ocorre principalmente através do trabalho de base realizado pelo setor de frente de massa. Um dos entrevistados na pesquisa, Valter Bernini (2015), que é membro do Assentamento Vale da Esperança, descreve como fora realizado a mobilização anterior à ocupação.

Era realizada reunião com as famílias que tinha interesse em participar, fazer ocupação de terra. Tinha alguns dirigentes do movimento que conversava com a gente e explicava como funcionava. Então a partir dali, foi desenrolando todo o processo e juntando várias famílias de meeiros, pequenos proprietários, diarista até que chegou o determinado dia que foi feita a ocupação da terra na fazenda (informação verbal)<sup>41</sup>

Para Fernandes (2012), o acampamento é a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. Atualmente os acampamentos, em sua grande maioria, são montados às margens das rodovias como forma de dar visibilidade e colocar a questão agrária brasileira na ordem do dia. São centenas deles espalhados por todo o Brasil, expressando a realidade da questão social no campo.

O Assentamento Vale da Esperança surge na continuação do processo de mobilização dos trabalhadores organizados pelo MST/ES e dispostos a lutar pela terra. Na madrugada do dia 07 de outubro de 1996, cerca de 350 famílias vindas de vários municípios

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII [março, 2015.]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015.7 arquivo.mp3 (1min 30s -2min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.



da região norte do Estado ocuparam a fazenda Boa Vista, cuja área é de 630 hectares e localiza-se no município de Conceição da Barra no estado do Espírito Santo.

A consolidação e expansão do MST/ES ocorridas entre 1995 e 1997, continuavam sendo marcadas pela violência e pela repressão policial (PIZETTA, 1999). No acampamento Boa Vista não foi diferente: a polícia fez um cerco na área, impedindo a entrada de pessoas, alimentos e remédios. Ainda que não tenha havido confronto direto, o cerco policial durou vários dias e objetivava ameaçar e desestabilizar as famílias para que desistissem da luta pela terra.

A firmeza na luta e a esperança da conquista da terra para morar e trabalhar, são as bases que motivam a permanência das famílias nos longos períodos nos acampamentos enfrentando as adversidades do cotidiano. Os acampamentos se constituem em espaço de transição da luta pela terra e pela Reforma Agrária. É nesse tempo e espaço que a materialização da organicidade do Movimento deve acontecer, pois é quando os sem terra/militantes exercem o papel de orientadores para as pessoas que estão se inserindo no MST. Como afirma Valter Bernini (2015).

As lideranças que foram junto fazer esse acompanhamento, onde foi feito o trabalho de nucleação das famílias, foi tirado a coordenação e alguns setores foram montados para viabilizar a permanência das famílias organizadas naquele espaço[...]. O esclarecimento foi através da assembleia, onde foram convidadas todas as famílias acampadas[...]. A partir daí foi conversando sobre a necessidade de nuclear as famílias para então fazer vários serviços no acampamento. Segurança, limpeza do acampamento, banheiros, galpão para armazenar doações (alimentos, roupas) e uma barraquinha para farmácia. Todo esse trabalho é feito a partir do momento que é nucleado das famílias que vai tirando pessoas em cada grupo que vão desenvolvendo o trabalho coletivo (informação verbal)<sup>42</sup>.

Esses momentos iniciais do acampamento são extremamente ricos em formação/informação. É quando os Sem Terra que estão se inserindo vão construindo e se reconstruindo na sociabilidade cotidiana. É a partir da convivência e das necessidades das famílias que vão sendo produzidas, coletivamente, as novas práticas sociais.

O tempo de espera em um acampamento até as famílias serem assentadas é indefinido. Depende de inúmeros fatores: desapropriação de terra, julgamento dos processos das áreas pela Justiça Federal, entre outros. Dentre os fatores que podem convergir para acelerar o processo, está a permanente pressão popular da luta dos trabalhadores, principalmente junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

---

<sup>42</sup>Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII [março, 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7arquivo. mp3 (3min – 4min 38s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

(INCRA) e o Estado, que pauta desde a desapropriação e assentamento das famílias acampadas, o cadastro das famílias, as cestas básicas, as lonas plásticas e outros.

Como forma de aumentar o número de famílias, ao se formar um acampamento, permite-se que outras famílias se integrem a qualquer momento. Na medida em que ocorrem desapropriações de terras, realiza-se a seleção das famílias por meio de sorteios<sup>43</sup>. Assim ocorreu com várias famílias do acampamento Boa Vista.

Diante da falta de perspectiva de desapropriação da Fazenda Boa Vista, as famílias que permaneciam acampadas decidiram deixar a área e ocupar outro latifúndio. Em 16 de Abril de 1997 aproximadamente 630 famílias - destas, quatrocentas eram novas famílias mobilizadas pelo MST - ocuparam a fazenda Rancho Alegre, que possui 1.112 hectares e localiza-se no município de Pinheiros.

Segundo Pizetta (1999), o acampamento foi denominado “17 de Abril”, em homenagem aos dezenove Sem Terra assassinada, em 17 de abril de 1996, pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás (PA). A denominação também foi uma forma de protesto contra a violência e a impunidade no campo.

Enquanto as famílias aguardavam o resultado das vistorias em áreas sujeitas à desapropriação pelo INCRA, o MST realizava processos de formação política com o objetivo de fortalecer a organização interna no acampamento. Segundo afirma Valter Bernini( 2015), que fora membro da coordenação do acampamento 17 de Abril:

Primeiro houve a necessidade de fazer um trabalho de formação para a coordenação, porque os coordenadores todos despreparados, não sabia como funcionava o MST então teve um trabalho de formação, mais de 20 pessoas participaram desse curso no assentamento 13 de Maio. Ao retornarem, ficaram na coordenação para melhorar a questão das discussões para chegar até às famílias. Quando não tem formação a pessoa acaba atropelando alguma coisa, decisões que são tomadas no coletivo, muitas pessoas tomam sozinha, a melhoria da formação com a coordenação era para ter esse espaço de melhor discussão (informação verbal)<sup>44</sup>.

Enquanto as famílias encontram-se acampadas, é recorrente a solidariedade de diversos seguimentos da sociedade civil organizada, como igrejas e pastorais e, também, das famílias que já estão assentadas. Em virtude das diversas dificuldades vivenciadas em um acampamento, principalmente da longa espera pela desapropriação de terra, é frequente

---

<sup>43</sup> O sorteio, enquanto metodologia de selecionamento das famílias compreende uma série de critérios estabelecidos coletivamente entre os/as acampados/as. Considera-se entre os critérios :tempo de acampamento, famílias com maior número de crianças, envolvimento e participação no cotidiano do acampamento, entre outros.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (6min 20s– 7min 35s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

ocorrer desistência da luta pela terra por famílias acampadas. Algumas delas retornam em outros acampamentos. Segundo Melo (2007), para garantir as condições materiais de permanência no acampamento, as famílias se revezavam trabalhando como diaristas em pequenas propriedades vizinhas e nas suas comunidades de origens.

Como resultado do processo intenso de pressão junto aos órgãos governamentais, ao longo do ano de 1997, todas as famílias que se encontravam no acampamento 17 de Abril foram deslocadas para diversas áreas que foram contempladas pelo decreto de desapropriação<sup>45</sup>. Entre essas áreas constava a Fazenda Tomazzini, situada no distrito de Santo Antônio do Canãa, município de Santa Teresa, região Serrana do Estado do Espírito Santo, para onde seguiram, inicialmente, 22 famílias no dia 29 de setembro de 1997.

### **A consolidação do assentamento: aspectos organizativos e socioeconômicos**

A chegada das famílias na fazenda Tomazzini no município de Santa Teresa ocorreu no dia 29 de setembro de 1997. Inicialmente chegaram 22 famílias que montaram o acampamento nas proximidades da sede da fazenda, haja vista que o processo da terra constava apenas do decreto de desapropriação para fins de reforma agrária, faltando a emissão de posse. Após as instalações dos barracos, reiniciou-se o processo de organicidade com a constituição dos núcleos, coordenação e equipes.

A chegada dos sem terra à fazenda gerou reações de estranhamento entre os moradores da fazenda que prestavam serviços ao fazendeiro na condição de meeiros, como afirma Aline Alves e Júlio César (2015), que é filha de meeiro e faz parte de uma dessas famílias.

Quando cheguei para morar aqui eu tinha dois anos de idade, praticamente cresci aqui. [...] Meu pai era meeiro aqui. [...] Quando o pessoal chegou nós pensávamos que eram ciganos, quando víamos aquele monte de barraquinha. [...] Depois que falaram que era o pessoal da reforma agrária. (informação verbal).<sup>46</sup>

Segundo relata Valter Bernini(2015), integrante de uma das famílias acampadas, o primeiro contato com os moradores da fazenda ocorreu de forma tranquila.

---

<sup>45</sup> O decreto de desapropriação por interesse social é assinado pelo presidente da República baseado em vistorias e laudos técnicos. Somente este ato, não assegura a criação do assentamento, pois o proprietário pode recorrer da decisão. Somente se configura um assentamento quando ocorre emissão de posse emitida pela justiça Federal. Maiores informações: <[www.incra.org.br](http://www.incra.org.br)>.

<sup>46</sup> Entrevista concedida por ALVES, Aline e CÉZAR, Júlio. Entrevista IV. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 4 arquivo. mp3 (1min 32s – 2min 26s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste Trabalho de Conclusão de Curso.

No primeiro momento não tivemos grandes dificuldades no envolvimento com as famílias, porque elas também estavam preparadas, sabiam que essa propriedade seria um assentamento de reforma agrária, elas também estavam esperando por esse dia. Só não sabiam que era o MST que ia vir, eles achavam que era o pessoal do sindicato do município que faria a seleção das famílias e ia colocar nesse assentamento. [...] Não tivemos muitas dificuldades, porque na época tinha muitos jovens, filhos de meeiros. Esse contato foi rápido e foi tranquilo, sem grandes problemas de conflitos. (informação verbal).<sup>47</sup>

O mesmo se pode perceber no relato de Devacir Francisco da Silva (2015), membro de uma das famílias de meeiros moradora da fazenda, acerca de sua visão sobre o MST.

Eu morava aqui no momento que a fazenda foi ocupada e, eu optei em ficar. Não conhecia nada sobre o movimento, somente comentários. Depois da chegada das famílias, mudou complementarmente a visão que a gente tem. Quando essa visão vem dos comentários é mais a parte crítica. Quando começa a conviver e analisar os fatos, procedimento das pessoas relacionado ao movimento é diferente. O povo luta para a questão política que está proposta, no caso, a reforma agrária. As outras pessoas reparam o lado crítico de aproveitamento, bagunça, desordem, a gente vê que não era, o povo necessita da terra para sobreviver (informação verbal)<sup>48</sup>

Também na região circunvizinha ao assentamento e na sede do município, os sem terra foram recebidos com desconfianças e algumas reações preconceituosas, que aos poucos foram sendo superado, principalmente pela aproximação de Frei Honório, à época pároco da cidade de Santa Teresa. Por meio de visitas e celebrações religiosas foi se desconstruindo o imaginário de prejulgamento da população em relação àquela luta e aquele povo. Foi a partir da aproximação da igreja católica, que se foram fomentando amizades com as pessoas das comunidades católicas e a aproximação com representantes do poder público municipal.

No dia 30 de Dezembro de 1997, as famílias acampadas receberam a confirmação da emissão de posse da citada área. Em 31 de dezembro do mesmo ano, foi criado oficialmente pelo INCRA o Projeto de Assentamento Tomazzini, conquista celebrada com uma grande festa organizada pelas famílias, quando estiveram presentes vários representantes de movimentos sociais, sindical e parlamentares apoiadores. No início de 1998, as famílias mudaram-se para a sede, onde ocuparam as instalações da fazenda (casa sede, galpão, farinheira, beneficiadora de café, entre outros). Nesses espaços as famílias

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (11min 06s – 11min 53s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (1min 08s - 2min 22s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

organizaram suas moradias, onde permaneceram até a construção das residências em 1999.

No ato de criação do Assentamento, o INCRA registrou o projeto de Assentamento com o nome Tomazzini<sup>49</sup>. Períodos depois, a nomenclatura começou a incomodar as famílias, motivo que mobilizou a comunidade a discutir a substituição do nome, conforme consta no Livro Ata da assembleia<sup>50</sup>. Segundo Pereira (2007), o nome “Vale da Esperança”, definido pelas famílias para denominar o assentamento, é devido ao fato de estar localizado entre vales e de o povo seguir na luta com esperança de dias melhores.

Após estudo topográfico da propriedade realizado pelo INCRA, conclui-se que a fazenda de 394,41 hectares comportaria 39 famílias assentadas. Para completar as vagas, o MST selecionou novas famílias nos acampamentos, totalizando a capacidade do projeto. Conforme registro em Ata do Assentamento, a partir de junho de 1998, o INCRA iniciou a aplicação dos Créditos de Instalação<sup>51</sup> no assentamento. As famílias acessaram o crédito alimentação, destinado a compra de alimentos, o crédito fomento, destinado a aquisição de instrumentos de trabalho e pequenos animais (porcos, galinhas etc.) e, o crédito habitação, para a construção das residências. Além desses créditos, houve ainda aplicação de crédito na melhoria de infraestrutura no assentamento, (topografia da área, eletrificação, construção de barragens e melhoramento das estradas), objetivando garantir condições de desenvolvimento na produção e na vida das famílias.

O crédito destinado à implantação de lavouras se diferencia do crédito de instalação, sendo que os créditos destinados à produção são acessados diretamente nas agências bancárias, mediante apresentação de projeto técnico de viabilidade econômica. A linha de crédito inicial destinada aos assentados beneficiários da reforma agrária é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>52</sup> na categoria A, com taxas de juros menores e prazo maior de carência para o pagamento. É condicionante para o acesso ao primeiro crédito de investimento, a família ter concluído a construção da residência e obter junto ao INCRA a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No Assentamento Vale da

---

<sup>49</sup> Tomazzini refere-se ao sobrenome do antigo proprietário da fazenda desapropriada para criação do assentamento. O INCRA, sem considerar a opinião das famílias no ato de criação do assentamento em 31 de dezembro de 1997, registrou o Projeto de Assentamento com o nome Tomazzini. Somente em 20 de fevereiro de 2015, na publicação nº 34 do Diário Oficial da União – sessão I, fora ratificado o nome do Assentamento para Vale da Esperança, acatando uma antiga reivindicação das famílias assentadas.

<sup>50</sup> Registrada no Livro Ata do assentamento às páginas 06 e 07, em 26 de setembro de 1998.

<sup>51</sup> O crédito Instalação, concedido desde 1985 às famílias assentadas, consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial. Maiores informações: <[www.incra.gov.br/credito-intalacao](http://www.incra.gov.br/credito-intalacao)>.

<sup>52</sup> Sobre o crédito rural: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>.

Esperança as famílias tiveram acesso aos primeiros créditos a partir do ano 2000 para plantios irrigados de café e pimenta do reino.

O processo de organicidade das 39 famílias no Assentamento Vale da Esperança foi constituído com a formação de três grupos de famílias, (grupos 01, 02 e 03). Cada grupo elegeu um coordenador e os representantes das equipes e setores: saúde, produção, educação, finanças, dentre outros, que foram sendo estruturados a partir do surgimento das necessidades e por orientação do MST. A coordenação geral do assentamento, à época, foi composta pelos coordenadores e representantes de cada setor e equipe. Alguns entrevistados, em seus depoimentos, falam a respeito do funcionamento da organicidade no assentamento. Para Aline Alves e Júlio César (2015): “lembro-me das reuniões, assembleias. [...] A gente via resultados dessas assembleias. [...] Os coordenadores corriam atrás, resolvia, era bem organizado as coisas, bem melhor”. (informação verbal)<sup>53</sup>. Já, segundo Valter Bernini (2015).

Quando é criado o assentamento começa ter outras discussões, recursos para implantação de projetos, barragens, eletrificação. As discussões são voltadas também para trazer melhoria social para o assentamento, mas também são feitas várias discussões para melhorar a questão econômica das famílias, habitação, implantação de projeto... Conversa com prefeitura, INCRA. Tudo isso é discutido na coordenação. (informação verbal)<sup>54</sup>.

Com a continuação do acompanhamento ao assentamento pelos membros da Direção Estadual do MST, foram sendo identificadas diversas fragilidades na forma de condução do assentamento, principalmente por parte de alguns membros da coordenação geral, que passaram a divergir das orientações, normas gerais e princípios do MST. Segundo afirma Melo (2007), dois membros da coordenação do assentamento começaram a utilizar toda a formação que receberam durante o período de acampamento para se colocarem contrários ao movimento e à militância que ali viviam, causando um clima de desconfiança, fofocas e muitas ameaças. Essas ocorrências foram se manifestando com mais força no primeiro ano da criação do assentamento.

Diante das fragilidades internas no assentamento, em junho de 1999 a Direção Estadual do MST/ES interveio convocando as famílias em assembleia<sup>55</sup>, objetivando encontrar soluções para amenizar os conflitos que se fomentavam entre as mesmas. Após

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida por ALVES, Aline e CÊZAR, Júlio. Entrevista IV. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 4 arquivo. mp3 (5min 14s – 07min 01s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (17min 22s – 18min 04s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>55</sup> Registrada no Livro Ata do assentamento, folhas 11 e 12 realizada em 25 de junho de 1999.

várias discussões, partes das famílias integrantes dos grupos 01 e 03 optaram em se afastar da organização, continuando no assentamento, mas seguindo autonomamente sob a orientação das lideranças que antes pertenciam à coordenação interna do assentamento. Ao analisar os registros das atas, onde são descritas as circunstâncias que fomentaram a divisão interna do assentamento, percebe-se que as decisões e encaminhamentos tomados naquela ocasião pareceram ser a solução mais fácil, mas não necessariamente a mais correta. Conforme analisa o assentado Devacir Francisco da Silva (2015):

Estava no entendimento, união. Naquele primeiro momento, antes das pessoas entenderem realmente o que estava acontecendo houve uma desunião. Antes de terminar o processo de esclarecimento, é como se as pessoas entrassem na escola, no meio do período e se afastasse como profissionais. Não vai conseguir avançar porque esse esclarecimento, infelizmente, não foi concluído até hoje. As pessoas foram cada um para um lado. Não foram separadas as coisas, posto cada coisa em seu lugar. Por exemplo, quando foi dividida a terra, cada um vai ter seu lote, vai cuidar da sua vida, mas cuidar da sua vida particular é: cuidar da sua família, de sua casa, seu local de trabalhar, mas a parte política e social deveria continuar junta. (informação verbal)<sup>56</sup>.

Continuando, ele acrescenta:

Não criticando, mas acho que foi um descuido do Movimento, porque houve um momento em que as famílias ficam dispersas, ficou bem longe de todos, não houve consenso, para funcionar deveria ser assim! Onde poderíamos ter estudado uma melhor maneira de conduzir (informação verbal)<sup>57</sup>.

Desta feita, a organicidade do assentamento novamente precisou ser retomada com o grupo de 19 famílias que permaneceram orgânicas ao MST. Foi composta uma coordenação formada por 01 coordenador e representantes dos setores de produção, formação, saúde, educação, e finanças. Quanto às famílias desprendidas do MST, formou-se um segundo grupo, que continuaram se articulando e organizando-se paralelamente. As poucas ocasiões em que todas as famílias do assentamento se reuniam, constituíam-se em assembleias para definições de questões relacionadas ao desenvolvimento social e econômico do assentamento.

A ruptura interna das famílias no assentamento perdurou até o ano de 2005, quando do início da implantação do novo modelo de organicidade no MST/ES, e da realização do

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (8min 48s – 10min 49s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (11min 10s – 11min 23s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

mutirão “Vamos ouvir nossa base”, as conclusões na sistematização do trabalho de base realizado com as famílias no assentamento, indicam que havia por parte da maioria das famílias um desejo de voltar a fazer parte do MST. Aos poucos foi sendo reconstituída a participação das famílias e retomada a organicidade interna com a recomposição dos três núcleos de base, garantindo a participação de gênero na coordenação, e a ampliação dos membros nos setores. Conforme Melo (2007).

A partir do ano de 2005, a Direção Regional do MST retomou a reorganização do Assentamento, como as duas principais pessoas responsáveis pela divisão do assentamento já haviam desistido e repassado seus direitos a outras famílias, a direção teriam menos dificuldades em retomar a reorganização da comunidade. A partir desse trabalho se observou um melhor desenvolvimento tanto na produção desses núcleos como nas relações entre as famílias em geral, se observava também que é um processo lento, porque há uma carência muito grande de formação da consciência política das famílias, de acordo com a Direção do Movimento, as perspectivas são boas no sentido de melhorar ainda mais a organicidade do assentamento. Atualmente todos voltaram a fazer parte do MST e refizeram os núcleos anteriores (1 e 3). Mas não há uma participação sólida nas atividades do Movimento (p. 20).

Desde 1997, quando fora criado o Assentamento Vale da Esperança com 39 famílias, vem aumentando significativamente o número de domicílios na comunidade. Atualmente esse percentual atinge 51,3% em relação ao total de domicílios das famílias assentadas, conforme apresenta a tabela 3.

**TABELA 3 – População do Assentamento Vale da Esperança – Santa Teresa 2015.**

ESTRATIFICAÇÃO*	Nº FAMÍLIAS	%	HABITANTES			
			Mulher	%	Homem	%
Meeiros	06	10,17	11	11,34	09	9,47
Agregados	22	37,29	30	30,92	33	34,74
Ocupação	18	30,51	38	39,18	28	29,48
Compra e Troca	13	22,03	18	18,56	25	26,31
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>97</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

\*Refere-se à forma de inserção das famílias no assentamento.  
Organizada pela autora (2015).

Atualmente residem no assentamento 192 pessoas. Deste total, 50,52% são mulheres, enquanto que os homens representam 49,48% da população. O crescimento demográfico no assentamento deve-se, principalmente, à permanência da juventude no assentamento, que ao constituir novas famílias, constroem sua moradia nos lotes de produção dos pais. Outros fatores estão ligados à oferta de trabalho e renda no assentamento e nas proximidades incluindo laticínio, cerâmica e trabalho como diarista no campo e, ao acesso à educação, representados pelo ensino fundamental, médio, graduação



e técnico. Ressalte-se que estes são os principais fatores responsáveis pelo crescente aumento do êxodo rural da juventude brasileira.

A partir do desenvolvimento da produção no assentamento, principalmente a partir de 2010, com a abertura e acesso a novas linhas de crédito, houve um aumento das áreas plantadas de café e pimenta do reino, bem como o aumento e diversificação da produção de alimentos para subsistência e comercialização. Paralelamente foram realizados diversos cursos de capacitação para os produtores: manejo de pimenta do reino, café, agroecologia, criação de pequenos animais, panificados, artesanato, piscicultura, entre outros. Ainda como forma de contribuir nos desafios da produção no que tange à industrialização e comercialização, foi criada em 2009 a Associação de Agricultores Familiar do Assentamento Tomazzini (AAFAT), que pleiteia junto aos órgãos governamentais em todas as esferas públicas a implantação de agroindústrias de panificados e beneficiamento de café e pimenta do reino.

É relevante registrar o esforço que a comunidade tem empreendido na área da educação formal de sua população. Atualmente o índice de analfabetismo no assentamento é zero. Além do incentivo e garantias das condições do acesso ao ensino, tem havido indicações de pessoas para processos de formação em cursos através da parceria INCRA/PRONERA. O processo educativo é pautado na formação em alternância. Nesta modalidade já se formaram 03 pedagogas que lecionam na escola do assentamento e 01 técnico agrícola. Por intermédio da parceria do MST com o governo venezuelano, no final de 2014 um jovem do assentamento formou-se em medicina. Há perspectiva de formação de vários profissionais nas áreas de agronomia, analista de sistema e biologia em virtude da oferta destes cursos pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e da curta distância de 8 km entre o *Campus* Santa Teresa e o assentamento.

O desenvolvimento econômico e social nas áreas de reforma agrária ocorre de forma concomitante à medida que se apresentam demandas e necessidades das famílias. Nessa perspectiva, o Assentamento Vale da Esperança tem assegurado conquistas sociais, como: construção e reforma das unidades habitacionais para as famílias assentadas; transporte escolar para os alunos do ensino médio, técnico e graduação para unidades de ensino situadas próximas ao assentamento; funcionamento da escola no assentamento assistindo as séries iniciais, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA); espaço de lazer que se encontra em construção, constituído por quadra de esporte e centro comunitário; acesso às políticas públicas da assistência social; direitos previdenciários. Na área da saúde, conta com um agente que realiza o acompanhamento das famílias, entre outros. Apesar de todos os avanços e conquistas, vários são os desafios econômicos,

políticos e sociais que persistem no assentamento, o que requer das famílias organização e mobilização para continuar garantindo dignidade e qualidade de vida.

### **A organicidade na perspectiva dos protagonistas: desafios que permanecem.**

A partir da constituição do Assentamento Vale Esperança, muitos foram os desafios superados pelos trabalhadores, desde a garantia das condições materiais de existência das famílias, perpassando pelo desejo de tornar a terra, antes ociosa, em canteiros produtivos de alimentos, saberes e dignidade, expressando a importância da reforma agrária para libertação da terra e dos sujeitos que dela necessitam para viver e trabalhar.

Não obstante, o desafio da auto-organização na comunidade formada por pessoas com desejos, sonhos, trajetórias e culturas distintas adquiridas ao longo da vida, manifestam-se por meio de práticas e hábitos diferentes daqueles pré-requisitados para a vida comunitária. Mistura intrínseca de necessidades individuais e coletivas. A construção das formas de organização no assentamento, desde sua gênese, tem se constituído num permanente processo do fazer-se e refazer-se individual e coletivo, no qual os sujeitos envolvidos têm buscando fortalecer espaços democráticos de participação, ainda que não esteja conformada à essência da estrutura orgânica do MST.

Ao realizar as entrevistas, busquei contemplar a participação das famílias dos vários estratos da população do assentamento, ouvindo suas trajetórias, compreensões sobre o processo de organicidade no assentamento sem desconsiderar os tempos e a participação política e orgânica dos entrevistados. Não somente as memórias, mas as análises e as sugestões trazem a perspectiva de aprendizados que podem ajudar a compreender o presente e nortear o futuro. Conforme afirmam os assentados, Devacir Francisco da Silva (2015), João Geraldo Ramos (2015), Devaldo da Silva e Valdira Fernandes (2015)

No início com certeza era bem mais organizado. A maioria das famílias que vem para o assentamento são pessoas carentes, que ainda não tem oportunidade de saber sobre como administrar o próprio negócio, muitos vêm dessa linha de sempre ter sido mandado, assalariamento (informação verbal)<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (06min 43s – 07min 45s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso

No começo havia uma frequência melhor na participação das reuniões, sendo o início, você não participando ficava desinformado, no começo era de certa forma forçado a participar [...] as pessoas foram entendendo a forma de participar através das reuniões (informação verbal)<sup>59</sup>.

Antes o pessoal tinha necessidade de participar, porque para ficar sabendo o que ia acontecer no assentamento tinha que ir à reunião, hoje não tem tanta necessidade [...] hoje é muito individual, cada um pra si, antes não, antes, tinha que passar na reunião, tinha votação para resolver o que ia fazer [...] hoje quando tem um encontro social não é todo mundo que vai participar porque acha que não vai precisar, que não tem necessidade, não vai resolver nada, vai só jogar conversa fora, não vai sair nada. Antes tinha curiosidade para saber o que ia fazer, tinha que participar porque não tinha nada decidido ainda, então, tinha que saber para saber o que ia acontecer no dia seguinte, se tinha que viajar para correr atrás das coisas, tinha que dá dinheiro, ajudar de certa forma, hoje não, hoje é cada um pra si. Tinha muita curiosidade de saber, muitos não sabia o era o assentamento. Os meeiros mesmos, não tinha noção do era o sem terra, assentamento. Quando tinha reunião eles queriam ir para entender o que era aquilo. (informação verbal)<sup>60</sup>.

A necessidade da participação das famílias nos espaços de debate e decisão constitui-se numa necessidade imprescindível para a compreensão da dinâmica da organicidade no assentamento e do próprio MST. Sobre o processo de formação no Assentamento Vale da Esperança, algumas falas afirmam sua importância e ressaltam algumas fragilidades. De acordo com Devaldo da Silva e Valdira Fernandes (2015), “A formação só foi bem aplicada no início. Passado o tempo, isso foi ficando para trás. Hoje mesmo; não temos mais informação [a respeito de] como está o movimento, o que está acontecendo. Não tem mais as reuniões para explicar. [...] Ficou para trás, tem deixado a desejar” (informação verbal)<sup>61</sup>. Para a assentada Domingas Auxiliadora e Ivo Martinho (2015), “Nas reuniões a maioria das famílias que participam foram as que viveram debaixo de lona, sabem das dificuldades que foi para chegar aqui, então se interessa a organizar mais”. (informação verbal)<sup>62</sup>.(SIC). Também sobre a formação, Valter Bernini (2015) afirma:

Quando se está no acampamento, as pessoas não tem muito conhecimento político. A partir dali as pessoas vão adquirindo conhecimento, informações

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por RAMOS, João Geraldo. Entrevista VIII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 8 arquivo. mp3 (06 min 51s – 07min 34s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devaldo da e FERNANDES, Valdira. Entrevista VI. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 6 arquivo. mp3 (06min 47s – 08min 11s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devaldo da e FERNANDES, Valdira. Entrevista VI. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 6 arquivo. mp3 (14min 02s – 14min 44s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>62</sup> Entrevista concedida por AUXILIDORA, Domingas e MARTINHO, Ivo. Entrevista II. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 2 arquivo. mp3 (30 min 54s – 31min 03s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B deste Trabalho de Conclusão de Curso.

que ajudam ele crescer, mas não é suficiente. Da forma que é colocada ainda falta muita coisa para essas famílias quando chegar ao assentamento esteja mais bem preparadas. Nesse processo que as famílias estão conhecendo, o MST peca nesse processo de criar mais vínculo, pertença, é necessário, nesse espaço deixa a desejar (informação verbal)<sup>63</sup>.(SIC)

A necessidade de um programa de formação para os diversos públicos nas áreas reformadas deve ser uma prática constante nos espaços de vivência coletiva. Ao refrear esse processo, se diminui a participação das famílias na organização, principalmente entre as novas famílias que vão se integrando na qualidade de agregadas. Estas quase que desconhecem totalmente o MST e não estão inseridas organicamente. Conforme afirmam Leciane França (2015) e outros entrevistados:

Moro no Assentamento há sete anos. Conheço pouco, mas a partir do momento que estou morando aqui, conheço mais. Já ouvia falar antes de morar no assentamento. No assentamento participei do curso profissionalizante. Conheci um acampamento em visitas à minha irmã que ficou acampada por quatro anos, onde participava das reuniões junto com ela.(informação verbal)<sup>64</sup>.

Segundo Aline (2015), “A gente quase não participa. Acho que é por causa de não saber o que acontece. Quase não somos convocados, ficamos mais”(informação verbal)<sup>65</sup>.

Por não sermos família assentada, ficamos um pouco retirados da reunião. Eu vou lá e vou fazer o que? Não sou assentado. Não tem terra. Eu vou lá e talvez vá querer dar uma opinião e o pessoal não vão receber porque não sou assentado, fico acanhado (CÉZAR, 2015)(informação verbal)<sup>66</sup>.

A aparente desmotivação na participação das famílias no processo de organicidade do assentamento é vista por várias razões pelos entrevistados: como afirma a assentada Domingas Auxiliadora e Ivo Martinho (2015).

O grande problema foi quando teve aquele racha do grupo, que Aurino (membro da coordenação) fez o grupão com intuito de... Depois ele mesmo não deu certo e separou. Então, vejo que o grande problema começou aí,

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (09min 30s – 10min 19s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por FRANÇA, Leciane. Entrevista III. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 3 arquivo. mp3 (00min 23s – 02min 44s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>65</sup> Entrevista concedida por ALVES, Aline e CÉZAR, Júlio. Entrevista IV. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 4 arquivo. mp3 (08min 55s – 09min 31s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>66</sup> Entrevista concedida por ALVES, Aline e CÉZAR, Júlio. Entrevista IV. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 4 arquivo. mp3 (09min 52s – 10min 19s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste Trabalho de Conclusão de Curso.

nessa divisão. [...] Essa divisão criou dificuldade de andarmos juntas (informação verbal)<sup>67</sup>.

Essa questão de não participação nas reuniões e encontros está relacionada com modelo que é adotado no assentamento, que é a produção individual, monocultura e, acaba você passando tudo o que você produz e entrega para o atravessador que ele vai se encarregar de vender seu produto. Não se tem um projeto coletivo de comercialização. Quando não se tem um projeto coletivo, muitas pessoas acredita que não há necessidade de se reunir, para discutir o que? Tem essa dificuldade. Se tivesse um projeto coletivo para ter espaço para dialogar sobre esse projeto, com certeza a participação seria outra, porque todo mundo estaria participando desse espaço de debate e discussão de onde realmente queremos chegar (informação verbal)<sup>68</sup>.

Quando perguntado como estão vendo a organização do assentamento na atualidade, vários entrevistados responderam: “Acho organizado na parte da convivência, as pessoas são unidas, não tem brigas, confusões, violência. Quem vem de fora leva uma imagem boa. As pessoas são unidas, acolhedoras”. (informação verbal)<sup>69</sup>.

Os espaços que agrega pessoas (escola, igreja, associação, grupo de mulheres da agroindústria) está muito distante de discussão dos espaços do assentamento. Está tudo solto. A igreja discute a questão religiosa, mais nada. A escola volta-se mais para ensinar e realiza poucas atividades, mas não é só culpa dos educadores, parte é culpa da militância que hoje está no assentamento, que não são poucos, são bastante pessoas, e a associação praticamente não está mais se reunindo.(informação verbal)<sup>70</sup>.

Hoje a organização está péssima. [...] Hoje caiu numa rotina, as coisas vão acontecendo normalmente e as pessoas vão aceitando, não deveriam aceitar. Quando fala em organização, da parte social, isso vai ficando difícil. Hoje a comunidade é comum, não deixa de ser uma comunidade comum, mas tem todo um processo que teria que ser diferenciada.(informação verbal)<sup>71</sup>.

As pessoas, quando começaram a ficar individuais, começaram a se afastar, [se] desinteressar. Quando se reúnem para discutir projeto, dinheiro, o interesse era total. Quando não era, as famílias já não demonstravam aquele mesmo interesse. Quando as pessoas começaram a

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por AUXILIDORA, Domingas e MARTINHO, Ivo. Entrevista II. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 2 arquivo. mp3 (25min 22s– 25min 38s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (02min 46s –04min 16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>69</sup> Entrevista concedida por FRANÇA, Leciane. Entrevista III. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 3 arquivo. mp3 (03min 18s – 03min 59s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>70</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (04min 56s – 06min 28s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (12min 45s – 14min 36s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

produzir foram perdendo o interesse em participar diferenciada.(informação verbal)<sup>72</sup>.

Quando acessa o recurso no banco, você tem que dar retorno, tem que pagar para não ficar inadimplente juntamente com seu avalista. Nesse caso, ou a pessoa planta e cuida para obter retorno ou então fica com problema depois, por isso que muitas pessoas se prendem na produção, mas não é só isso. Outra questão é a acomodação das pessoas: não participam nem nas reuniões de núcleos no assentamento [e] têm dificuldade em participar.(informação verbal)<sup>73</sup>.

Em nível de produção o assentamento melhorou bastante, o poder aquisitivo das famílias está bem melhor, não podemos negar. Já em relação ao funcionamento da comunidade, me preocupo muito pelos meus netos. (informação verbal)<sup>74</sup>.

As dificuldades de funcionamento da organicidade no assentamento compreendem desde os núcleos, setores até a coordenação. Dentre os entrevistados, alguns já tinham passado pela tarefa de coordenação no assentamento. Assim, foram abordadas as principais dificuldades, além do que motivou sua desistência da função. Segundo Lucimar Silva (2015), “quando se deixa de ser ouvinte e [se] passa a ser coordenador, muda. Você tem responsabilidade, precisa ter um pouco de noção. Pedi muita ajuda a quem já tinha sido coordenador. Precisei de muita ajuda dos companheiros” (informação verbal)<sup>75</sup>. Na avaliação do Devacir Francisco da Silva (2015), não somente a base se afastou, mas a coordenação também se distanciou do povo. Conforme relata o entrevistado:

O desgaste é exatamente pelo afastamento das pessoas. Nós nos afastamos das pessoas. Todos se afastaram. Na condução da organização, pode-se ter ideais novas, modernizar, mas não pode mudar. Nesse poder modernizar com ideias novas, eu posso me afastar por motivo justificado particular. Cada um se afasta do seu posto e não tem outra pessoa para ocupar. Quando assumem seu posto, assume pessoas que não tem nada a ver com a função. Não que é ninguém é insubstituível. As pessoas perde a importância da situação, acaba sendo algo sem funcionar.(informação verbal)<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida por SILVA, Lucimar. Entrevista V. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 5 arquivo. mp3 (19min 32s – 20min 20s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>73</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (01min 13s – 02min 07s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>74</sup> Entrevista concedida por SILVA, Lucimar. Entrevista V. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 5 arquivo. mp3 (23min 14s – 23min 50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>75</sup> Entrevista concedida por SILVA, Lucimar. Entrevista V. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 5 arquivo. mp3 (15min 46s – 17min 02s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (20min 22s – 23min 20s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para Lucimar Silva (2015), a diminuição na participação das famílias nas atividades do assentamento está diretamente ligada ao momento em que os trabalhadores adquirem condições para produzir nos lotes.

Quando foi acessado o primeiro projeto de investimento; iniciou o trabalho produtivo. Já começou a ficar um pouco difícil. Quando se convidava para reunião, logo se perguntava: o que vai discutir hoje na reunião? Conforme a pauta era bem poucos os que se interessavam em participar (informação verbal)<sup>77</sup>.

Esses e outros fatores contribuíram para seu afastamento da instância.

Pelo fato de convidar as pessoas, explicava a necessidade da organização. Ouvia deboche por parte de alguns, afirmando que não adiantaria participar porque não sai nada. Eles achavam que as necessidades eram atendidas de imediato. Não tinha a paciência da espera, talvez não tivesse noção que era demorado (informação verbal)<sup>78</sup>.

A atual situação de fragilidade da organicidade interna é concebida por todos/as os/as entrevistados/as como uma fase difícil, mas todos/as acreditam que seja necessário retomar o processo de organização com as famílias. Neste sentido, foram várias as proposições sugerindo alternativas para seguir melhorando a organicidade no Assentamento Vale da Esperança:

Talvez falte um projeto, uma ideia, que interessasse às pessoas. Só há interesse por algo de verdade quando você entende realmente o que está fazendo. Quando alguém vai à igreja cansado, triste, magoado com alguém, e no dia seguinte tenho que trabalhar. Tem que entender o fundamento a verdadeira razão. Porque faço isso? É preciso entender o fundamento. A mesma coisa é a organização. Por que se dá o nome de organização? Todos que fazem o seu papel ele faz sabe o que realmente está fazendo, porque a importância do assentamento organizado, para que não possamos ver nossos netos envolvidos nas drogas, nos vícios, nas ruas, na prostituição. (informação verbal)<sup>79</sup>.

Temos que buscar outro caminho que possa juntar uma boa parte das famílias. Se formos olhar o assentamento hoje, na produção, habitação, damos passos muito grandes. As famílias estão bem estruturadas com a

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por SILVA, Lucimar. Entrevista V. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 5 arquivo. mp3 (17min 02s – 18min 54s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>78</sup> Entrevista concedida por SILVA, Lucimar. Entrevista V. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 5 arquivo. mp3 (21min 25s – 22min 36s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>79</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devacir Francisco da. Entrevista I. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 1 arquivo. mp3 (24min 41s – 27min 15s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste Trabalho de Conclusão de Curso.

situação bem diferenciada se compara quando chegamos aqui. Mas, por outro lado, na questão social da vida do assentamento está bem atrás, largada, porque o seu projeto individual cada família cuida, quando parte para o social não tem ninguém que está de frente. Quem deveria está de frente é a coordenação, as igrejas, mas não se tem um espaço para discutir a questão social.(informação verbal)<sup>80</sup>.

Se tivesse o carinho de passar nas famílias como estamos fazendo agora, fazer uma conversa com as famílias sobre o que vamos fazer, de que forma. Sei que as pessoas não têm tempo, mas se tivesse esse capricho, já pensou o resultado? Atingiria mais de 90% das famílias. Quando Maomé não vai a montanha... (informação verbal)<sup>81</sup>.

Não podemos parar, mesmo que não tenhamos uma resposta agora. Não sei como a gente vai, mas com certeza a gente não pode parar, porque com certeza deve ter uma saída, deve ter uma solução. E a gente sabe, porque já chegamos até aqui. A gente não pode parar e a gente não pode perder a esperança. Não sabemos ainda como e nem quando, mas eu tenho esperança de que isso aqui não só vai progredir, a gente vai ver algo acontecer de bom, a gente vai ver a coisa fluir, basta não desanimar, lutar. (informação verbal)<sup>82</sup>.

A forma de organização social no Assentamento Vale Esperança, requer uma maior análise do processo, a julgar pelas conquistas sociais e econômicas, resultante da ação coletiva dos seus protagonistas e do MST. As formas de sociabilidade ocorrem em diversos espaços de vivência na comunidade (igrejas, festas, boteco, associação, agroindústria das mulheres, escola, núcleo, cursos, visitas de escolas e de universidades públicas e privadas, encontros, reuniões, visitas de pesquisadores/as, parcerias com instituições de ensino, mutirões de limpeza, entre outras), não sendo possível negar a existência de processos de organização. Porém, essas ações ocorrem de formas separadas, distintas, ou seja, não constituem um “corpo orgânico” (PIZETTA, 1999) estabelecendo planos de ação articulado entre as partes dentro da estratégia geral do Movimento.

No assentamento se faz necessário adequar a realidade social do assentamento a uma estrutura organizativa que permita agregar as diversas ações e os sujeitos dos diversos estratos da população na perspectiva da construção de um modelo de organicidade que contribua para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico das famílias, bem como para o fortalecimento da participação e conscientização para a luta do MST e a luta de classe dos trabalhadores.

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por BERNINI, Valter. Entrevista VII. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 7 arquivo. mp3 (07min 18s – 08min 37s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por SILVA, Devaldo da e FERNANDES, Valdira. Entrevista VI. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 6 arquivo. mp3 (21min 59s – 22min 01s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F deste Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>82</sup> Entrevista concedida por AUXILIDORA, Domingas e MARTINHO, Ivo. Entrevista II. [março. 2015]. Entrevistadora: Joselma Maria Pereira. Santa Teresa, 2015. 2 arquivo. mp3 (39min 21s – 40min 48s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B deste Trabalho de Conclusão de Curso.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o papel da organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) a partir da análise da experiência do assentamento Vale da Esperança em Santa Teresa no Espírito Santo, foi um processo delicado e complexo em virtude da dinâmica do tema investigado, que certamente motivará outras pesquisas. E, ao mesmo tempo, um tema instigante e motivador.

Este trabalho objetivou investigar o processo da formação histórica do MST e sua estrutura de organicidade na qual cada indivíduo se insere em um coletivo. Seguida pelo desenvolvimento da formação histórica do MST no Espírito Santo através dos processos das lutas e da organicidade na base social. Por fim, essa pesquisa oportunizou aos protagonistas do Assentamento Vale da Esperança, a partir dos depoimentos e reflexões dos entrevistados, apresentar a experiência de organização desenvolvida na comunidade, na perspectiva de fomentar análises sobre sua efetividade e desafios.

O MST, desde sua gênese tem implementado junto à sua base social processos organizativos objetivando a participação dos sujeitos envolvidos nas lutas pela terra e reforma agrária. Esse desafio assumido pelo Movimento levou-o a construir coletivamente uma teoria da organização que visa consolidar o movimento de massas em uma organização de massas, sendo esta, estruturada estratégica e metodologicamente na perspectiva da luta de classe. Logo, este paradigma, constitui um dos elementos responsáveis por configurar o MST enquanto Movimento social rural de maior dinamismo no Brasil.

O papel da organicidade no MST é fomentar espaços de participação da base social, na interação entre as partes da estrutura organizativa, consolidando um “corpo orgânico”, objetivando a formação da consciência social e política, oportunizando os sujeitos, antes isolados, que ao tomarem consciência “para si” no processo da luta social se reconhecem como protagonistas da luta de classe na condição de sujeito coletivo.

Na atual conjuntura de descenso da luta de classe, e do refluxo das organizações sociais do campo e da cidade, o MST tem diagnosticado dentre os rebatimentos, uma crise de organicidade. A força do Movimento social está na capacidade de organização e mobilização das massas, em si tratando do MST, as massas assentadas e acampadas. Partindo dessa premissa, a atualidade da organicidade deve estar conformada na perspectiva de responder as demandas e estratégias desse período histórico, sobretudo com a mudança da natureza da luta pela terra. Esse cenário tem exigido do MST nos últimos períodos um profundo debate e diagnóstico das causas e, principalmente responder

qual o modelo de organicidade que responde a emergência das demandas na atualidade social, econômica e política de sua base.

As análises da experiência de organicidade do assentamento Vale da Esperança, demonstram fragilidades no funcionamento da estrutura organizativa, que hipoteticamente pode ser reflexo da atualidade organizativa do MST. Haja vista, que um dos grandes problemas tem sido fomentar a formação da consciência de classe nos indivíduos justamente quando são integrados no processo de luta pela terra, e em seguida, deixá-lo sair quando da conquista o assentamento, ou seja, o que antes era uma luta mais ampla por reforma agrária e mudanças na sociedade se transforma em uma preocupação com o lote, o crédito e as coisas particulares, deixando de ser um sujeito orgânico. Logo, a formação da consciência social e política, essência da estrutura orgânica, devem ser desenvolvida na perspectiva de fortalecimento do “corpo orgânico” da estrutura organizativa do MST.

Como contribuição dessa pesquisa, destaco algumas sugestões que considero relevante para a dinâmica do processo de organicidade do MST:

- Que seja considerado como a base está se organizando efetivamente para resolver seus problemas e necessidades concretas. As diversas formas organizativas de participação do povo devem ser estimuladas e fortalecidas na perspectiva da vinculação com a estratégia do Movimento;
- Que seja retomado o trabalho de base com as famílias nos assentamentos e acampamentos, enquanto exercício pedagógico da práxis na reflexão da ação dos homens sobre o mundo para sua transformação.
- Que seja elaborado um programa de formação para a base e militantes, com intuito de elevar o nível de consciência político e social, com vista ao fortalecimento dos espaços democrático de participação dos sujeitos.

Trazendo as palavras de Paulo Freire que afirma:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (1987, p.18).

Portanto, é necessário que sigamos construindo caminhos novos nessa busca permanente pelo sonho da liberdade, enquanto tarefa histórica de toda a classe trabalhadora

## REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**: Memorial das Letras, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O MST e a cultura**. 3. Ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009. (Caderno de formação, 34).

\_\_\_\_\_. **A organicidade necessária**. Teixeira de Freitas. Mimeografado, abril de 1995.

\_\_\_\_\_. **Obstáculos ideológicos para a formação da consciência**. Teixeira de Freitas. Mimeografado, setembro de 2011.

BOGO, Ademar, **Desafio permanente do MST**. In: **MST. Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio! IV Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arquitetos dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

\_\_\_\_\_. **O salto de qualidade**. São Paulo: MST, 2002.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Organicidade e Núcleos de Base**. São Paulo: CONCRAB, 1998.

CARTER, Miguel. **A origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul** In: **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 199-236.

CARTER, Miguel. & MARTINS, Horácio Martins de. **A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST**. In: **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa, **A questão agrária e os movimentos sociais do campo**, In: **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-2012.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **O legado de Florestan Fernandes**, Cadernos de Estudos ENFF nº04. São Paulo: Cromosete: 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de formação n.º 30, São Paulo: MST, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: Viagem no Tempo 1873-2008**. Santa Teresa: 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

LIMA, Adelson Rocha. **Análise da questão agrária no estado do Espírito Santo**, UNESP São Paulo, 2011. Monografia de graduação em Geografia.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. FRIEDRICH, E. **A ideologia Alemã**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MEDEIROS, L.S. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, março de 2009. [www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf](http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf) Acessado em 06/07/15.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Método de trabalho de base e organização popular**. Caderno de formação, nº 38, São Paulo: MST, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Elementos sobre a teoria da organização no campo. MST caderno de formação nº 11**. São Paulo: MST, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas Gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Gênese e Desenvolvimento do MST. Caderno de Formação nº 30**. São Paulo: MST, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Como organizar os assentados individuais**. São Paulo: MST, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. Caderno de formação nº 31.** São Paulo: MST, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: MST, 2005a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Vamos organizar a base do MST. Cartilha nº 2.** São Paulo: MST, março de 1995.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA **Orientações práticas e a história dos Congressos do MST.** São Paulo: MST, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Método de trabalho e organização popular.** Setor de Formação: São Paulo: Associação nacional de Cooperação Agrícola, 2005c.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Funcionamento das brigadas do MST.** Setor de Formação – São Paulo: MST, 2005b.

MELO, Dimas Pereira de. **Desafios na aplicação de crédito de investimento referente à implantação da cultura do café conilon no núcleo II do Assentamento Tomazzini município de Santa Teresa – ES.** Trabalho de conclusão do Curso Técnico em Agropecuária com qualificação em Meio Ambiente e Agroecologia – MST/INCRA/PRONERA. 2007.

PIZETTA, João Adelar. **A questão agrária e o MST no Espírito Santo.** Vitória: 1999.

PIZETTA, Adelar João, Formação e Práxis dos professores de escolas de Assentamentos: A Experiência do MST do Espírito Santo. Dissertação de mestrado, Vitória, 1999.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesa 1954-1965.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 2011. – (Série Espaço e Debate).

SOUZA, A. P.; PIZETTA, A. J.; GOMES, H.; CASALI, D. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade.** MST, Vitória, 2005.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

VLADÃO. Vanda de Aguiar. **Assentamentos e sem-terra: a importância do papel dos mediadores**. Vitória: EDUFES, 1999.

[https:// www.mst.org.br](https://www.mst.org.br), acessado em 10 de julho de 2015.

[http://www.al.es.gov.br/antigo\\_portal\\_ales/images/documentoSpl/9937](http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/documentoSpl/9937), acessado em 20 de agosto de 2015.

<http://santateresa.es.gov.br/pagina/5/Historia.html>. acessado em 20 de agosto de 2015.

## ANEXOS

### ANEXOS 1 - Relação de Assentamentos Rurais no Espírito Santo – coordenados pelo MST.

Nº	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA(ha)	DATA DE CRIAÇÃO
1	PA PONTAL DO JUNDIÁ	C. da Barra	48	778,2704	16/02/1986
2	PA GEORGINA	São Mateus	81	1.052,8355	12/11/1986
3	PA JUERANA	São Mateus	18	282,5506	12/05/1987
4	PA C.DO RIO QUARTEL	Linhares	15	184,0821	28/08/1987
5	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50	676,5970	18/06/1987
6	PE CÓRREGO DA AREIA	Jaguaré	31	155,0000	05/09/1984
7	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25	440,1900	11/07/1991
8	PA CÓRREGO VERMELHO	Ecoporanga	7	80,9000	10/01/1993
9	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50	489,1000	27/07/1995
10	PA VALDÍCIO B.DOS SANTOS	C. da Barra	89	888,4000	09/04/1996
11	PA CÓRREGO DA LAGE	Mucurici	118	1.182,3000	09/04/1996
12	PE NOVA CONQUISTA	Pinheiros	19	155,0000	12/02/1985
13	PE RIO PRETO ITAÚNAS	C. da Barra	30	460,0000	25/06/1985
14	PE BELA VISTA	Montanha	34	210,0000	14/07/1985
15	PE FRANCISCO D. RAMOS	Montanha	25	193,0000	23/06/1988
16	PE SÃO ROQUE	Jaguaré	10	90,0000	04/12/1985
17	PE CÓRREGO ALEGRE	Nova Venécia	18	173,0000	12/12/1988
18	PE CÓRREGO GRANDE	São Mateus	27	261,0000	17/02/1985
19	PE VALE DO OURO	Ecoporanga	30	357,6200	22/12/1989
20	PE VALE DA VITÓRIA	São Mateus	39	474,0000	19/05/1986
21	PE 13 DE MAIO	Nova Venécia	45	501,1300	15/05/1989
22	PE TRÊS PONTÕES	Nova Venécia	20	207,2000	09/07/1988
23	PE 11 DE AGOSTO	Pinheiros	11	126,8000	28/02/1986
24	PE NOVA VITÓRIA	Pinheiros	32	525,0000	17/02/1986
25	PE INDEPENDÊNCIA	C. da Barra	10	103,0000	14/03/1988
26	PE 22 DE JULHO	Ecoporanga	12	131,6300	19/09/1991
27	PE PRATINHA	São Mateus	17	188,8000	22/09/1991
28	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	1.504,3471	05/05/1988
29	PE CÓRREGO DA ONÇA	Jaguaré	8	90,0000	16/12/1985
30	PE BOM JESUS	Ecoporanga	18	180,7000	17/09/1991

31	PE CÓRREGO DO BALÃO	Montanha	7	40,0000	18/07/1985
32	PE SÃO VICENTE	São Mateus	5	27,6000	30/09/1991
33	PA SANTA RITA	B. Jesus do Norte	50	594,0000	05/12/1996
34	PA PAULO VINHAS	C. da Barra	63	474,0900	05/12/1996
35	PA OLINDA II	Pinheiros	87	791,7647	04/02/1997
36	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71	706,8888	29/08/1997
37	PA CELESTINA	Nova Venécia	31	314,4277	26/12/1997
38	PA TOMAZZINI	Santa Tereza	39	394,4100	31/12/1997
39	PA PIRANEMA	Fundão	65	626,0000	31/12/1997
40	PA GUANABARA	São Mateus	12	119,7246	19/02/1998
41	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56	527,1627	03/04/1998
42	PA ITA	Itaguaçu	55	525,1917	24/06/1998
43	PA 16 DE ABRIL	Águia Branca	48	488,3200	24/09/1998
44	PA SANTA FÉ	Apiacá	50	576,2020	23/12/1998
45	PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	1.065,4000	23/12/1998
46	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	606,1650	03/09/1999
48	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151	1.386,6481	13/12/1999
49	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37	455,8000	22/12/2000
50	PA 17 DE ABRIL	Muqui	78	887,3888	29/04/2002
52	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98	962,7300	29/04/2002
53	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27	294,2740	26/12/2002
54	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçu	34	380,0133	01/08/2003
55	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	566,2800	08/04/2004
56	PA OZIEL ALVES	Montanha	55	612,5240	10/01/2005
57	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74	873,0378	10/01/2005
58	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	524,4614	06/07/2005
59	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	172,3500	09/11/2005
60	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36	400,1800	21/08/2006
61	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100	2.042,0499	04/06/2008
62	PA JOSÉ MARCOS DE ARAÚJO SANTOS	Pres. Kennedy	75	1.343,6386	27/07/2009
63	PA ADÃO PRETO	São Gabriel da Palha e Nova Venécia	39	569,0258	04/01/2010
<b>TOTAL</b>			<b>2.760</b>	<b>31.490,2016</b>	



## **ANEXO 2 - Tópicos das entrevistas**

1. Inserção no Assentamento;
2. Organização das famílias no acampamento;
3. Formação política no acampamento;
4. Organização das famílias no assentamento;
5. Participação das famílias no assentamento;
6. Formação política no assentamento;
7. Importância da organicidade para o assentamento;
8. Dificuldades na organicidade no assentamento;
9. Sugestões para melhorar a organização e participação das famílias no assentamento.

### **ANEXO 3**

#### **AUTORIZAÇÃO**

JOSELMA MARIA PEREIRA, DRE 111369824, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso, com o título: O PAPELA DA ORGANICIDADE PARA O MST: Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança – Santa Teresa – ES, através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do S/BI.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2015.

---

Assinatura

## **APÊNDICE**

APÊNDICE A – Entrevista realizada na Área Programática 3.3, 3.4 Silva Devacir, arquivo 7, entrevista I.

APÊNDICE B – Entrevista realizada na Área Programática 3.4 Auxiliadora Domingas e Martinho Ivo, arquivo 6, entrevista II.

APÊNDICE C – Entrevista realizada na Área Programática 3.4 França Leciane, arquivo 3, entrevista III.

APÊNDICE D – Entrevista realizada na Área Programática 3.3, 3.4 Alves Aline e César Júlio, arquivo 4, entrevista IV.

APÊNDICE E – Entrevista realizada na Área Programática 3.4 Silva Lucimar, arquivo 5, entrevista V.

APÊNDICE F – Entrevista realizada na Área Programática 3.4 Silva Devaldo e Fernandes Valdira, arquivo 6, entrevista VI.

APÊNDICE G – Entrevista realizada na Área Programática 3.2, 3.3, 3.4 Bernine Valter, arquivo 7, entrevista VII.

APÊNDICE H – Entrevista realizada na Área Programática 3.4; Ramos João Geraldo, arquivo 8, entrevista VIII.